

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO
DO EMPREGO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CAMPOS
DOS GOYTACAZES NO PERÍODO DE 2001 A 2009**

HELENA PELLEGRINI NICODEMUS
matrícula nº: 100113244

ORIENTADOR: Prof. René Louis de Carvalho

SETEMBRO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao apoio do orientador deste trabalho professor René Louis de Carvalho, por sua paciência e dedicação, além dos ótimos conselhos. Agradeço também à professora Maria Sílvia Possas e a funcionária do IE Anna Lucia Braga Salles pelo esforço de recuperação dos alunos em situação de evasão escolar.

Aos amigos, Thais, Camila, Sidarta, Heliana e Rafaela por tornarem a vida no Rio de Janeiro mais amena. As amigas Zina e Ângela pelos incentivos a não abandonar a vida acadêmica Também à amizade e companheirismo dos meus irmãos Augusto e Antonio. Aos colegas do IE, Ntula, Pedro e Vanessa. A minha família, em especial aos meus avós Dulce e Eduardo pelo carinho e apoio financeiro. A minha mãe Maria Cristina, minha avó Maria Alayde e Claudio pelo carinho e apoio.

RESUMO

O trabalho apresenta o recente debate sobre desconcentração industrial no Brasil. Contextualiza o recente crescimento econômico no município de Campos do Goytacazes, situado na Região Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, região periférica na economia brasileira, no processo de desconcentração industrial.

Analisa também os impactos do crescimento no mercado de trabalho local utilizando dados do RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e do Emprego. O período do estudo é delimitado entre dezembro 2001 e dezembro de 2009.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
 CAPÍTULO I - O DEBATE RECENTE ACERCA DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	7
I.1 - INTRODUÇÃO	7
I.2 - O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	7
I.3 - O DEBATE TEÓRICO E SEU VIÉS EMPÍRICO.....	10
I.4 - A UTILIZAÇÃO DE DADOS DE EMPREGO, SALÁRIOS E DE PRODUÇÃO.....	12
I.5 - ESCOLHA DA METODOLOGIA E IMPLICAÇÕES DA ANÁLISE.....	14
I.6 - CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	16
 CAPÍTULO II - CAMPOS DOS GOYTACAZES; FORMAÇÃO ECONÔMICA, PECULIARIDADES LOCAIS E MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL.....	17
II.1 - INTRODUÇÃO.....	17
II.2 - FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	17
II.2.1 - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO PERÍODO COLONIAL.....	17
II.2.2 - RELAÇÃO COMERCIAL COM O RIO DE JANEIRO.....	18
II.2.3 - MODERNIZAÇÃO NA PRODUÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO NORTE FLUMINENSE.....	19
II.2.4 - CICLOS EXPANSIVOS NO SÉCULO XX.....	20
II.2.5 - O CICLO EXPANSIVO DO PETRÓLEO.....	22
II.3 - MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	22
II.3.1 - PRECARIIDADE E SAZONALIDADE.....	22
II.3.2 - REMUNERAÇÃO E ESCOLARIDADE.....	23
II.3.3 - ROYALTIES E EMPREGO.....	24
II.4 - CRESCIMENTO ECONÔMICO E NOVAS PERSPECTIVAS PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	24
II.4.1 - INFLEXÃO POSITIVA NA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	25
II.4.2 - INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE.....	25
II.4.3 - NOVAS PERSPECTIVAS PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	26
 CAPÍTULO III – ANÁLISE EMPÍRICA DO CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009. HOUVE MUDANÇA NO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO.....	28
III.1 - INTRODUÇÃO.....	28
III.2 - CRESCIMENTO DO EMPREGO.....	28
III.3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO E GRAU DE ESCOLARIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	30
III.4 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO EMPREGO FORMAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2007.....	33
III.5. - CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES DA ECONOMIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	36
III.6 - CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	38
 CONCLUSÃO.....	41
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

O processo de desconcentração da indústria brasileira que vem ocorrendo desde a década de 1970, acarretou a diminuição das desigualdades regionais em nossa economia. A Região Norte Fluminense está fazendo parte deste processo desde a instalação do complexo de extração do Petróleo na Bacia de Campos no município de Macaé.

Apesar do crescimento econômico permanecem, porém, os maus índices de desenvolvimento humano e social. Acredita-se que estes índices estão relacionados à dinâmica do mercado de trabalho local e a dificuldade de inserção da mão-de-obra local nas novas atividades econômicas.

Até o ano de 2000 o emprego formal no município de Campos dos Goytacazes apresentou baixa sensibilidade ao crescimento econômico na região. Porém de lá para cá o número de empregos neste município dobrou. O crescimento se acelerou após o ano de 2002.

Neste trabalho será feito um estudo deste crescimento do emprego formal entre os anos de 2001 e 2009. O período foi escolhido por trazer os números de emprego formal do momento exato em que o crescimento do emprego se acelera até os dados mais recentes. Para medida de comparação do perfil do mercado de trabalho formal, no entanto, serão utilizados os anos de 2001 e 2007. Por ser 2007 o ano em que o emprego atingiu seu auge e desta forma evitar distorções em função da crise econômica de 2008.

Acreditamos que a relevância deste trabalho é a definição das tendências de crescimento do emprego local. O objetivo deste estudo é definir se o município de Campos dos Goytacazes participa do processo de desconcentração industrial e como o crescimento recente do emprego local pode estar inserido neste processo. Pretendemos adicionalmente verificar se houve mudança no perfil do mercado de trabalho local, marcado pela informalidade, sazonalidade, baixos salários e pouca instrução. As tendências de crescimento setorial do emprego local também serão definidas, como forma de definir quais setores tem maior potencial de criação de empregos e, portanto, demandam atenção na elaboração de políticas públicas.

CAPITULO I – O DEBATE RECENTE ACERCA DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

I. 1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é fazer uma síntese sobre o debate que vem sendo feito na literatura econômica no sentido de interpretar o processo de desconcentração regional da indústria brasileira. Um fenômeno que tem sido notado nos últimos 40 anos e tem levado ao questionamento quanto a um novo padrão de organização locacional para a indústria nacional.

Para ilustrar este debate utilizamos aqui textos de quatro autores que se dedicam a estudar este processo. Dois trabalhos pioneiros de Diniz e Crocco de 1996 e Pacheco de 1999, contendo algumas idéias que se contrapõe. E outro, bem recente e rico em técnicas estatísticas Saboia de 2009, que traz informações importantes sobre a continuidade do processo de desconcentração industrial no Brasil.

Será feito, em primeiro lugar, um brevíssimo resumo do processo de desconcentração industrial ocorrido na indústria brasileira e sua relevância para a formação do quadro atual da economia brasileira. Em seguida será exposta a necessidade de interpretar este movimento.

É interessante observar desde já que a maioria dos trabalhos que vem sendo feitos sobre o tema tem um forte viés empírico. E lançam a base para a criação de uma nova maneira de utilizar as antigas teorias de localização, mais adequada para o se interpretar o caso brasileiro.

Além de discorrer sobre este debate e seu viés empírico. Serão tratadas nas últimas seções algumas técnicas e variáveis utilizadas e suas implicações sobre os trabalhos e a maneira como se interpreta a formação de um novo padrão de localização da indústria no Brasil.

I. 2 - O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

A industrialização brasileira, como se sabe, aconteceu de maneira tardia e caracterizada pela intensa concentração em poucos estados e regiões. Sobretudo nas regiões metropolitanas. O que caracterizou um desenvolvimento extremamente heterogêneo do ponto de vista da distribuição regional.

Um exemplo da concentração regional da indústria são os dados apontados por Carlos Américo Pacheco para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que no ano de 1970 detinham respectivamente, 57,6% e 15,6% do VTI, valor da transformação industrial nacional. Se tomarmos somente o VTI da Grande São Paulo no mesmo ano constata-se que ele corresponde a 43,0% do valor da produção industrial brasileira.

A concentração regional da indústria pode implicar também uma má distribuição da renda e do emprego no território nacional. O que em si já é um bom motivo para nos questionarmos quais os fatores que levam a esta distribuição heterogênea. Ou o que gera o padrão de organização locacional da indústria.

A partir da década de 1970, as metrópoles começam a perder sua importância relativa na distribuição regional da indústria brasileira. Passou a ser observado um crescimento maior em outros estados e regiões o que levou a uma diminuição do peso das antigas regiões metropolitanas na distribuição da produção industrial. Este processo foi chamado de desconcentração regional da indústria brasileira e passou a ser estudado por parte dos economistas. Destacamos aqui o trabalho pioneiro de Clélio Campolina Diniz.

Diniz e Crocco acreditam que este processo começou ainda no final da década de 1960, quando se inicia um novo ciclo expansivo na economia brasileira conhecido como “Milagre Econômico”. Para eles ocorreu um processo de crescimento industrial intenso com desconcentração geográfica. A industrialização foi grande nas antigas periferias nacionais.

Os autores indicam quatro grandes fenômenos que teriam alterado o padrão regional da indústria brasileira. O primeiro deles foi o início da reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo por aumento nos custos e deseconomias de aglomeração. Cujas participação no emprego industrial passou de 44% em 1970 para 29% em 1985 e 22% em 1991. Uma queda significativa em 20 anos. A Área Metropolitana do Rio de Janeiro também perdeu participação no período. Ela já vinha perdendo participação anteriormente e além de sofrer com um crescimento industrial abaixo das demais regiões também passou por uma grave crise política e social.

O segundo fenômeno que os autores apontam como um fator que levou à desconcentração industrial foi o crescimento da infra-estrutura econômica. Para eles, “Transportes, energia e telecomunicações alargaram e unificaram o mercado brasileiro, facilitando a localização industrial em novas áreas e regiões, especialmente nas cidades de porte médio” (Diniz e Crocco, 1996). Além das economias de urbanização em várias cidades que aliadas ao crescimento quase exponencial da infra-estrutura facilitou a desconcentração industrial.

O terceiro fator foi para eles a forte intencionalidade da política econômica em promover a desconcentração industrial. Como exemplo os incentivos fiscais às Regiões Norte e Nordeste, a criação de agências de desenvolvimento como a SUDAM, a SUDENE e SUFRAMA.

O quarto fenômeno que, segundo os autores, propiciou a desconcentração industrial foi a expansão da fronteira agrícola e mineral. Com ampliação da infra-

estrutura e crescimento da demanda industrial e urbana em novas áreas e regiões. De acordo com pesquisa empírica feita por eles:

“este conjunto de forças e tendências induziu a distribuição das atividades industriais para muitas cidades e regiões. Desconcentração industrial mais a fronteira agrícola atraíram atividades de serviços. Como consequência, a distribuição regional do PIB mudou significativamente.” (Diniz e Crocco, 1996)

O processo de desconcentração regional da indústria brasileira é em geral dividido em períodos como em (Pacheco, 1999). De 1970 a 1985, fase inicial e mais intensa da desconcentração espacial da indústria. Período de grande crescimento da economia brasileira, só o produto industrial aumentou 2,3 vezes nestes quinze anos. O interessante é que este crescimento se deu majoritariamente fora das tradicionais regiões industriais regiões. Como, por exemplo, a Área Metropolitana de São Paulo que em 1970 detinha 43% do VTI e passou em 1985 para apenas 29,4%.

Para Pacheco processo de desconcentração espacial da indústria se deveu mais ao crescimento mais intenso em outras regiões como o interior de São Paulo do que uma perda nas regiões tradicionais. Assim regiões como a AMSP e o Estado de Rio de Janeiro, teriam perdido participação relativa no VTI por apresentarem taxas de crescimento inferiores à média nacional. As zonas de industrialização tradicional no Nordeste ligadas a grandes centros populacionais com Recife e Salvador também perderam participação relativa no VTI para o interior e para as capitais de industrialização recente como Fortaleza e Natal.

A desconcentração industrial no período foi mais intensa no setor de bens salários. Nota-se que os segmentos mais dinâmicos da indústria continuavam concentrados no Estado de São Paulo. A desconcentração ocorrida no setor de bens duráveis e de capitais para Pacheco foi menor e ocorreu devido aos investimentos do II PND.

O segundo período de desconcentração espacial da indústria brasileira ocorreu de 1985 até 1996. Foi um período menos intenso da desconcentração, devido em grande parte à diminuição do ritmo de crescimento da economia e dos investimentos públicos e privados. O baixo crescimento fez com que o processo de desconcentração fosse bem mais sutil e de mais difícil percepção. Porém todos os autores aqui citados acreditam que não houve interrupção no processo.

Pacheco sugere que para se analisar este período é necessária mais cautela. Também sugere a desagregação dos dados em setores da indústria. Outro problema é o uso de indicadores de emprego industrial, pois como o início dos anos 90 foi caracterizado pela reestruturação industrial, muitas vezes uma diminuição do número de empregos não significa a diminuição do produto industrial.

Quando analisamos a desconcentração industrial neste segundo período também devemos estar atentos a abertura comercial e a criação do MERCOSUL. Pois estes eventos certamente influenciam as decisões de localização industrial.

Alguns autores como Diniz e Crocco defendem que existem limites para a desconcentração. Apesar dos incentivos fiscais e da expansão da fronteira agrícola, a desconcentração industrial, grosso modo, tenderia a ficar contida nas cidades de porte

médio do Centro-Sul. Fenômeno este, devido à reestruturação industrial, à abertura econômica, à localização próxima aos países do MERCOSUL e à força do campo aglomerativo da Cidade de São Paulo. A infra-estrutura desta região é mais atraente para a localização industrial que as demais.

O período pós 1996 será ilustrado aqui através do trabalho de 2009 de João Saboia que utiliza técnicas de estatística para interpretar os dados de produção industrial emprego e salários e demonstrar, desta forma, a continuidade do processo de desconcentração industrial.

Utilizando índices de concentração, Saboia concluiu que a desconcentração industrial continuou no período de 1997 até 2007. Foi mais expressiva nos setores de bens de consumo; e no setor de commodities. Nos setores de indústrias difusoras e de bens de consumo durável a desconcentração também ocorreu, porém, foi um pouco mais limitada.

A principal conclusão do trabalho é que houve uma redução dos desníveis regionais da indústria como um todo apesar deles continuarem muito acentuados. O estudo aponta também como que a maior beneficiária do processo de desconcentração industrial é a Região Sul. Porém discorda de que exista uma limitação geográfica à desconcentração industrial.

I. 3 - O DEBATE TEÓRICO E SEU VIÉS EMPÍRICO

A análise do fenômeno da desconcentração espacial da indústria brasileira ocorrida a partir da década de 1970 começou com os trabalhos pioneiros de Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996). Estes autores observam que a análise do desenvolvimento regional através de macro-regiões geoeconômicas que já apresenta várias dificuldades em função da dimensão territorial do País e pela diversidade natural, econômica e social dentro das grandes regiões e estados da federação, havia se tornado nos últimos trinta anos ainda mais problemática. Isso acontecia devido à ampliação das diferenças dentro de cada região. Associada ao processo de reversão da polarização nas regiões metropolitanas especialmente no Estado de São Paulo e à natureza contraditória do crescimento industrial no interior dos estados.

Assim, seria necessário um novo recorte regional do ponto de vista da localização industrial e um novo aparato metodológico para analisar o crescimento das cidades médias ao lado da perda de importância relativa dos grandes centros. Diniz e Crocco resolvem adotar então, a metodologia de análise comparativa entre os distritos industriais emergentes a partir da seleção de áreas industriais relevantes conforme critérios de magnitude e dinamismo.

Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 ocorre uma série de mudanças nos padrões locais da indústria em todo o mundo. Devemos mencionar aqui três fenômenos importantes.

- 1) Ocorreu em primeiro lugar um movimento de desindustrialização nas áreas tradicionais dos EUA e Inglaterra com emergência de novas áreas industriais.

- 2) Há uma mudança na divisão internacional do trabalho. Cujo exemplo clássico é a emergência dos NICs.
- 3) Acontece uma crise no padrão fordista de produção. Há a interpretação por alguns teóricos de que a emergência do padrão de acumulação flexível implica a utilização de novos requisitos locacionais e uma nova organização espacial da indústria.
- 4) Nos países de industrialização recente, como os da América Latina, ocorre uma reversão do processo de polarização da indústria em poucas grandes cidades.

Todas estas mudanças, ocorridas em curto período, de tempo levam ao surgimento de questionamentos no meio acadêmico. Afinal, não estavam previstas nas teorias formuladas pelas escolas tradicionais sobre localização industrial.

“Dada à incapacidade do instrumental teórico convencional, tanto de localização quanto de desenvolvimento regional, de explicar a maioria dos fenômenos descritos, novas tentativas teóricas e metodológicas vêm sendo esboçadas, predominando um certo empiricismo na maioria das análises” (Diniz, 1996)

“Cabe mencionar a concepção de novos distritos como instância analítica para interpretar os processos de desconcentração industrial e as mudanças nos padrões regionais da indústria.” (Diniz e Crocco, 1996)

A concepção de distritos industriais utilizada no trabalho dos autores acima mencionados gera controvérsias na literatura.

Existe uma linha teórica adepta da chamada industrialização flexível ou acumulação flexível, que enfatiza a importância das economias externas, a complementariedade e as transações entre plantas, com aumento das divisões técnica e social do trabalho. Sustenta a recriação de aglomerados ou distritos industriais, onde haveria a dominância de pequenas ou médias, empresas favorecidas pela proximidade locacional dos empreendimentos, pela necessidade de troca direta de informações, articulações estratégicas e fluxos de mercadorias e trabalho, com especialização flexível e sustentados por forças endógenas.

Há também uma visão alternativa que toma como base a pesquisa empírica e aponta os limites da industrialização flexível. Como exemplo, tomamos o trabalho de Ann Markusen, citado por Diniz e Crocco.

“Para ela a capacidade de algumas áreas de se sustentarem um crescimento industrial em um ambiente cada vez mais integrado e competitivo (...) pode ser função de outros fatores que não a existência de uma rede de firmas pequenas, inovativas e especializadas.” (Diniz e Crocco, 1999)

Haveria também, outros determinantes importantes como o papel das instituições, a existência de facilidades governamentais, a presença na região de firmas líderes ou de filiais de grandes corporações que encadeariam o desenvolvimento industrial, a presença de um mercado e relações de trabalho atraentes e a própria história ou trajetória industrial da região. Para Markusen, os distritos industriais se enquadrariam em quatro tipos.

- 1) Marshalliano ou italiano.
- 2) Centro-radial.
- 3) Plataforma satélite.
- 4) Suportado pelo governo ou instituto de pesquisa.

O trabalho de Diniz e Crocco segue esta segunda linha de pensamento. Porém, para os autores, o caso brasileiro de desconcentração, dificilmente se enquadra nestas quatro categorias. Ele se deve a outros fatores a serem estudados. Os distritos industriais brasileiros estariam atrelados a um conjunto de variáveis específicas:

- 1) aumento dos custos de produção nas metrópoles e reversão da polarização das regiões metropolitanas de São Paulo de Rio de Janeiro.
- 2) Desenvolvimento da infra-estrutura, unificação e urbanização de outras regiões.
- 3) Política econômica, investimento estatais e incentivos fiscais.
- 4) Expansão das fronteiras agrícolas e minerais.

Outros autores continuaram estes estudos seguindo a estratégia de ampla utilização de dados empíricos para delinear os determinantes e as peculiaridades do processo de desconcentração industrial no Brasil. Como Carlos Américo Pacheco do qual falaremos mais adiante, ao contrário de Diniz, ao invés de tentar re-mapear as áreas industriais, Pacheco enfatiza os determinantes que influenciam a localização industrial. Para isso ele vai analisar os setores que apresentam mais mudanças de localização e quais foram e também quais seriam as pretensões de novos investimentos e sua localização pretendida.

O interessante sobre o trabalho de Pacheco, é que ele não delimita a desconcentração industrial. E sim analisa movimentos de concentração e desconcentração que ocorrem ao mesmo tempo na indústria brasileira. Postulando que existam “ilhas de produtividade” ao lado de zonas estagnadas espalhadas ao longo do território. E que o interessante seria enfatizar as tendências do movimento.

Outro ponto interessante é que Pacheco fala sobre a influência do processo de reestruturação produtiva na localização industrial no Brasil. Falaremos mais sobre este autor ao analisarmos as técnicas utilizadas para a análise da distribuição regional da indústria.

Uma boa cronologia dos trabalhos sobre desconcentração industrial no Brasil é encontrada no texto “*A Continuidade do Processo de Desconcentração Regional da Indústria Brasileira nos Anos 2000*” (Saboia, 2009). Este texto trás uma mostra da continuidade do processo de desconcentração industrial no Brasil.

I. 4 - A UTILIZAÇÃO DE DADOS DE EMPREGO, SALÁRIOS E DE PRODUÇÃO

A utilização dos dados de emprego da base RAIS e do CAGED fornecidos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego estão presentes em todos os trabalhos aqui citados para ilustrar o debate sobre a desconcentração da indústria brasileira. Estes dados serão também utilizados na parte empírica deste texto. Os dados de emprego são importantes, pois trazem, em certa medida, o impacto do crescimento econômico para a distribuição de renda local.

São também utilizados pelos autores citados, dados de produção ou valor agregado (VTI) com base em dados dos Censos Industriais do IBGE e dados de salários da RAIS. Abaixo serão relacionadas algumas considerações acerca destas variáveis.

Pacheco prioriza os dados do valor agregado para descrever o processo de desconcentração. Porém utiliza também, a variável emprego para melhor entender o segundo período da desconcentração, que vai de 1985 a 1996, pois considera os dados dos censos industriais insuficientes para este período. Ele considera que o emprego industrial não é o melhor indicador para as mudanças na configuração regional da indústria, pois o período em que ele ocorreu foi marcado pela reestruturação produtiva. Isso significa que uma queda nos indicadores do emprego possa não necessariamente significar uma diminuição na produção.

Existe também a possibilidade de a reestruturação industrial ter sido mais ou menos intensa nas várias regiões do país. Isso faz com que também uma perda de participação relativa no emprego numa região mais desenvolvida não signifique necessariamente uma perda relativa de produção.

Porém ele acha a utilização da variável justificável não só pela disponibilidade dos dados. Em primeiro lugar porque os dados da produção física também podem em alguns casos apresentar algumas distorções. Em segundo se supormos que mesmo com a reestruturação produtiva continua havendo um diferencial de produtividade a favor das regiões mais desenvolvidas, a evolução temporal do emprego continua servindo como um bom indicador para a produção industrial regional.

Saboia utiliza a RAIS porque esta base de dados contém informações regionais desagregadas e também permite o uso das variáveis emprego e salários para se medir a concentração regional da indústria. Ele opta pela variável emprego com a principal, pois esta “possui um interesse particular por si própria” (Saboia, 2009), sem descartar, porém, a informação sobre a massa salarial em várias ocasiões.

O nível de concentração regional da massa salarial encontrado por Saboia é mais alto do que quando considerado o nível de emprego. Isso pode ocorrer, pois nas regiões mais desenvolvidas costumam se pagar salários mais altos. Esta diferença não será tratada em seu trabalho, pois o objetivo do mesmo é observar “mudanças” e não “níveis”.

Pacheco, adicionalmente utiliza dados sobre as intenções de investimento do Ministério da Indústria Comércio e Turismo. Estes dados podem sempre ser

confirmados ou não, conforme passamos de um período a outro, pois reúnem decisões de investimento, projetos e estudos. Estão sujeitos a mudanças tanto no mercado local quanto no quadro macroeconômico. A relevância desta informação se dá na medida em que este autor está em busca das tendências que vigoram no padrão de localização industrial.

I. 5 - ESCOLHA DA METODOLOGIA E IMPLICAÇÕES DA ANÁLISE

Vamos tratar agora, dos métodos utilizados para classificar e agrupar os dados. E das implicações que isto pode ter para sua análise. Que vantagens existem em cada maneira de se enxergar a realidade. E como isto pode nos ajudar a esclarecer os fatos que contribuíram para a desconcentração espacial da indústria brasileira e captar as suas peculiaridades. Assim como, a relevância do tema para o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Como já mencionado na seção I.2 deste texto Diniz e Crocco chamam a atenção para o fato de a classificação tradicional do país em macro-regiões ser insuficiente para captar toda diversidade econômica e social e geográfica existente dentro do território brasileiro. Esta divisão se mostra ainda mais impotente para se perceber os movimentos contraditórios de crescimento e estagnação econômicos e industriais dentro das regiões e estados. É feita então, uma tentativa de re-mapear a economia brasileira de forma que as tendências dentro de cada região fiquem mais claras.

Foi utilizado o conceito de AIRS (Áreas Industriais Relevantes). Uma tentativa de encontrar o que seriam os distritos industriais brasileiros. A unidade básica para se definir as AIRS são as microrregiões homogêneas (MRH) do IBGE, constantes dos censos industriais brasileiros. Foram selecionadas as microrregiões com número maior ou igual a 10.000 empregos industriais. Essas renomeadas pela cidade mais importante da região para facilitar a visualização.

O estudo foi realizado para os anos de 1970, 1980 e 1991. Observou-se que o número de AIRS mais que dobrou nestes pouco mais de 20 anos. Eram 33 em 1970 passando respectivamente para 76 AIRS em 1980 e 90 AIRS em 1991. O que segundo os autores indica desconcentração. Outro sinal de desconcentração é que ao longo deste período a distribuição relativa do número de AIRS entre as macro-regiões se tornou um pouco menos concentrado.

Ao se montar o mapa das AIRS em cima das macro-regiões percebe-se, entretanto, certa concentração no Centro-Sul do país. As AIRS são classificadas segundo seu dinamismo. Seu nível de crescimento do número de empregos industriais é comparado com a média anual de 3,2%. A partir daí são agrupadas entre AIRS estagnadas ou de baixo crescimento e AIRS dinâmicas.

O problema desta classificação é sem dúvida que ignora grande parte das microrregiões. Ela, porém, permite que identifiquemos os núcleos mais dinâmicos da nossa indústria. E a partir daí estudarmos as causas deste dinamismo.

Pacheco, por outro lado utiliza apenas a classificação dos estados para enquadrar a desconcentração regional, com exceção das Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Ele procura os padrões setoriais e macro setoriais para a desconcentração. Para isso constrói tabelas com a distribuição da produção e do emprego entre os estados da federação para os períodos desejados para cada setor da indústria.

Esta divisão permite que Pacheco identifique as tendências de mudanças em cada setor postulado quais seriam os fatores que influenciam cada um deles. A utilização dos estados ao invés de instancias menores impõe certa dispersão ao estudo, porém, permite romper com o a limitação regional do desenvolvimento poligonal.

Saboia busca índices de concentração regional para a indústria brasileira. Ele usa o corte regional das mesoregiões do País, o que permite obter informação em nível intermediário. O autor ordena as mesoregiões de acordo com a distribuição dos empregos industriais e de massa salarial no país. Comparando a posição que elas ocupam nesta distribuição nos anos de 1997 e 2007. Ele encontra pequenas mudanças de ordenação entre elas de um período a outro. Porém, ao dividir as 137 mesoregiões em seis grupos de acordo com o volume de emprego e comparar a participação relativa no total do emprego industrial destes grupos nos dois períodos ele encontra sinais de desconcentração. Acontece a perda de participação relativa no grupo das mesoregiões com maior participação relativa no emprego.

Esta metodologia é interessante, pois expõe a desconcentração espacial da indústria de forma generalizada e irrestrita. Independente dos setores industriais e do território, também engloba as aglomerações industriais de todos os tamanhos. Não é, entretanto, a mais adequada para se pesquisar as causas da desconcentração, apenas nos fornece um panorama desta.

Saboia também utiliza nesta mesma pesquisa, o calculo de índices de concentração regional (Gini; HHI; CR1; CR5; CR10 e CR25) para as 27 divisões da indústria. Ele agrega os setes industriais em quatro grupos segundo classificação desenvolvida por Ferraz, Kupfer e Haguenaue. Indústrias de *commodities*, difusoras, tradicionais e duráveis. Sendo que as indústrias difusoras e duráveis também podem ser somadas.

Esta metodologia permite identificar os setores mais concentrados regionalmente e também comparar quais setores tem maior tendência à desconcentração ao longo do tempo. O cálculo de mais de um indicador permite-nos questionar eventuais distorções, apesar de que este não é o objetivo da pesquisa.

O resultado geral da pesquisa de Saboia é que a desconcentração industrial no Brasil foi um fenômeno constante no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Ele refuta a hipótese de que ela seja limitada ao Centro-Sul como no modelo de desenvolvimento poligonal, apesar deste fenômeno ter beneficiado majoritariamente a Região Sul. A desconcentração também acontece em todos os setores industriais, sendo apenas um pouco mais limitado para a indústria difusora e de duráveis. O resultado foi considerado positivo, pois indica uma tendência a homogeneização do desenvolvimento industrial ou a uma melhor distribuição deste pelo território.

Ele também chama atenção para a importância do emprego industrial no interior das mesoregiões. Esta informação foi obtida através do cálculo de índices de densidade. O aumento da participação relativa do emprego industrial para uma região em que antes ele era pouco relevante será considerada muito importante na segunda parte deste trabalho. Isto porque o crescimento do emprego industrial muitas vezes é associado à distribuição da renda familiar, uma vez que inúmeras pessoas têm no trabalho sua principal fonte de renda. Logo a desconcentração do desenvolvimento industrial traz impactos diretos e indiretos no desenvolvimento humano social local.

I. 6 - CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Existem inúmeros trabalhos empíricos que comprovam um movimento no sentido de desconcentração espacial da indústria brasileira. Aqui foram tratados apenas alguns deles de maneira ilustrativa. Podemos perceber que existe mais de uma técnica para tentar medir a proporção desta desconcentração na indústria. Também que existe mais de uma maneira de interpretar os acontecimentos e os fatores que os influenciam.

Reconhecemos aqui a necessidade de buscar as especificidades do caso brasileiro de desconcentração. Além de haver uma insuficiência das teorias tradicionais sobre localização para englobar as mudanças recentes ocorridas na produção industrial em todo o mundo devido à introdução da acumulação flexível. Sendo necessária a observação de estudos empíricos para entendermos as tendências e premissas que envolvem a formação de um novo padrão de localização da indústria.

Aqui vamos tratar do caso específico do desenvolvimento em Campos dos Goytacazes na Região Norte Fluminense. Esta região como sabemos sofre o impacto da introdução da economia do petróleo e mais recentemente da construção do complexo portuário do Açu. Suas especificidades e trajetória econômica serão tratadas no segundo capítulo desta monografia. Questionamo-nos quanto à possibilidade de haver uma mudança no perfil do mercado de trabalho local a partir da introdução do surgimento de novos setores de produção distintos dos tradicionais. Adicionalmente procuramos saber de que maneira esta região se enquadra no processo de desconcentração industrial ocorrido nos últimos 40 anos. Quais são os determinantes endógenos e exógenos do seu crescimento. E quais as possibilidades de tornar este crescimento sustentável ao longo do tempo.

CAPÍTULO II – CAMPOS DOS GOYTACAZES; FORMAÇÃO ECONÔMICA, PECULIARIDADES LOCAIS E MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

II. 1 - INTRODUÇÃO

Pretendemos neste capítulo, contextualizar a região norte fluminense, mais especificamente o município de Campos dos Goytacazes no movimento de desconcentração industrial que vem ocorrendo no Brasil. Uma vez que, após um período de estagnação, esta região vem apresentando índices de crescimento econômico satisfatórios desde o ano de 2000. Crescimento este que se acelera após 2002, segundo Barral Neto e Silva Neto no artigo *“Uma Nova trajetória para a economia Fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior”* de 2008.

O município de Campos dos Goytacazes possui uma relação emprego/população muito baixa quando comparada a municípios do mesmo porte. Seu mercado de trabalho é caracterizado por oferecer postos com baixos salários, pouca qualificação e pela informalidade. Acredita-se que os baixos índices de desenvolvimento humano e qualidade de vida pelos quais este município e a Região Norte Fluminense são conhecidos estejam relacionados ao mercado de trabalho precário, conforme tratado por Cruz no artigo *“Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970 – 2000)”* de 2004.

O número de empregos formais, porém vem crescendo continuamente nos últimos dez anos. Pode-se dizer que o recente dinamismo econômico está mudando o perfil do mercado de trabalho local? Esta é a principal questão a ser tratada neste trabalho. Adicionalmente nos questionamos quanto à sustentabilidade deste crescimento, quais os setores que possuem mais encadeamentos e criam mais postos de trabalho, quais as medidas devem ser tomadas pelo poder público para que o crescimento seja sustentável.

Abaixo serão descritos as peculiaridades locais do município de Campos dos Goytacazes. Sua formação econômica e as implicações que ele tem no presente. Uma caracterização do mercado de trabalho local e por último a introdução do município no processo de desconcentração industrial e o recente crescimento econômico.

II. 2 - FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

II. 2.1 - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

A dinâmica de funcionamento da economia de Campos dos Goytacazes pode ser explicada em grande parte pela própria história e formação econômica do Norte Fluminense. Para os autores Rosendo e Carvalho é essencial para que se entenda a

dinâmica econômica do Norte Fluminense no período colonial, considerar a importância relativa de Campos dos Goytacazes como distrito do Rio de Janeiro e sua relação comercial com esta cidade.

A atividade de produção da cana-de-açúcar no Norte Fluminense começou ainda no século XIX inserida na política de ocupação do território pela coroa portuguesa. Porém devido a inúmeros conflitos com indígenas ela só iria se consolidar na segunda metade do século XII, após a pacificação desta parte do território e com seu dinamismo garantido pela crescente demanda internacional por produtos coloniais.

A economia colonial brasileira caracterizou-se por; além de possuir elevada especialização ter grande diversificação e complementaridade entre os seus setores. Havia além do setor exportador, um setor de subsistência que o abastecia. No caso específico do Norte Fluminense o setor de subsistência além de complementar o setor exportador fornecia o seu excedente produtivo para o Rio de Janeiro e posteriormente também para Minas Gerais conforme os autores Rosendo e Carvalho.

Tanto o setor de subsistência como o setor exportador tinham como base a utilização de mão-de-obra escrava. Esta era indispensável para o processo de acumulação no período colonial. Esta relação se estende até o século XIX.

Para Rosendo e Carvalho o mercado externo tem um papel importante entre as relações de produção no período colonial, em que a economia brasileira estava inserida no esquema mercantilista. Era regulada por meio do exclusivo metropolitano e tinha como principal atividade a exportação de produtos agrícolas produzidos no sistema de *plantations*. Segundo eles:

“Os lucros obtidos por meio da exportação açucareira e os impostos cobrados pela coroa portuguesa permitiam a importação de máquinas e equipamentos, compra de mão-de-obra escrava além da compra de bens de consumo duráveis e não duráveis provenientes do exterior, o que garantia a sustentação do sistema de produção.” (Rosendo & Carvalho, 2004)

Os autores detectam ainda a formação de uma burguesia mercantil no Norte Fluminense Colonial:

“As relações de produção que se desenvolviam na planície goytacá eram muito peculiares. Nesse sentido, merece menção a que se estabelecia entre a burguesia comercial e os senhores de engenho, dono das terras e escravos. Entretanto, os mesmos costumavam comprar produtos de luxo, escravos, insumos e equipamentos para a produção no engenho, de um único comerciante, que também ficava responsável pela exportação de açúcar. Esse comerciante adiantava as mercadorias em troca da produção de um ano. Observa-se, assim, a relação de dependência que se estabeleceu entre o capital comercial e a produção açucareira no Norte Fluminense.” (Rosendo & Carvalho, 2004)

II. 2.2 - RELAÇÃO COMERCIAL COM O RIO DE JANEIRO

A região de Campos dos Goytacazes desenvolveu fortes relações comerciais com a Cidade do Rio de Janeiro. Conforme exposto anteriormente o setor de subsistência do Norte Fluminense Colonial não se limitava a abastecer os engenhos da região, mas também forneciam gêneros alimentícios para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta relação comercial permitiu a geração de renda em Campos dos Goytacazes pelo setor de subsistência no período colonial. Foi consolidada uma relação comercial desde então entre as duas cidades.

Mais tarde, com o crescimento do fluxo comercial entre Campos dos Goytacazes e o Rio de Janeiro, surgiria a demanda por um maior contato direto, transporte e comunicação entre os dois centros econômicos. Além das relações políticas, das quais este trabalho não trata. De acordo com os autores Rosendo e Carvalho:

“Para que se entenda a dinâmica da economia do Norte Fluminense no período colonial, deve-se destacar a importância relativa de Campos dos Goytacazes, enquanto distrito pertencente ao Rio de Janeiro” (Rosendo & Carvalho, 2004)

“Campos dos Goytacazes, por sua vez, destacara-se pela atividade açucareira, bem como pela produção complementar no denominado setor de subsistência, que seria responsável pelo suprimento de boa parte da demanda de gêneros alimentícios para o mercado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a importância da economia do Norte Fluminense pode ser medida pelo expressivo número de engenhos que possuía à época e a conseqüente produção e açúcar; pelo considerável número de escravos necessários à produção; bem como pelo desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de subsistência, que tomariam impulso no final do século XVIII e início do século XIX em função do crescimento da demanda de outras regiões, em especial do Rio de Janeiro. Já nesse período, Campos dos Goytacazes despontara como centro econômico da região, em função de sua expressiva produção açucareira, da concentração dos fluxos comerciais da região e de sua vasta extensão territorial” (Rosendo & Carvalho, 2004)

Assim Campos dos Goytacazes vai ganhando desde o período colonial, uma posição central no Norte Fluminense, e este, por sua vez, destacando-se no mercado interno como fornecedor de gêneros alimentícios para o Rio de Janeiro e Minas Gerais além da produção açucareira para o mercado externo. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e a instalação da corte no Rio de Janeiro a demanda do mercado interno por produtos do setor de subsistência cresceu muito. Começou também a demanda por açúcar para o mercado interno, que era suprida pelos engenhos do Norte Fluminense, que passa a ficar menos suscetível aos abalos do mercado externo do que os engenhos do Nordeste.

II. 2.3 - MODERNIZAÇÃO NA PRODUÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO NORTE FLUMINENSE

O crescimento expressivo da demanda do mercado interno no século XIX levou à necessidade de aumento da produção de açúcar em Campos dos Goytacazes. O que implicou modificações no sistema de produção, nos transportes, na estrutura fundiária, na sociedade local e urbanização.

“A ampliação do consumo interno de açúcar demandava aumento da produção dos engenhos campistas. No entanto, a produção dos engenhos do norte

Fluminense era quase artesanal, muito primitiva e doméstica. Para atender à demanda crescente, faziam-se necessárias substanciais inversões de capitais na compra de escravos e equipamentos.” (Rosendo & Carvalho, 2004)

Ao longo do século XIX, inúmeras inovações foram implementadas na produção do açúcar no Norte Fluminense, surgiram os engenhos a vapor e posteriormente os engenhos centrais. A economia campista entra na etapa de concentração de capitais com a industrialização. Somente os maiores produtores puderam realizar a modernização na produção do açúcar. As pequenas e médias propriedades passam a gravitar em torno dos engenhos centrais como fornecedoras de matéria prima.

Outro fenômeno que acompanhou a modernização na produção do açúcar no Norte Fluminense foi o aumento do endividamento dos fazendeiros, uma vez que foram necessárias muitas inversões de capital para o aumento da produção. É válido observar que a combinação do uso de mão-de-obra escrava com a industrialização nos engenhos permitiu a obtenção de lucros extraordinários, consolidando a produção da agroindústria açucareira no Norte Fluminense.

Mais tarde, porém, a dependência da mão-de-obra escrava é um dos fatores que leva à reversão deste primeiro grande ciclo expansivo da economia canavieira em Campos dos Goytacazes. A economia da região não estava estruturada para as modificações ocorrida com a abolição da escravatura.

O Norte Fluminense sofreu sobremaneira com os efeitos adversos na economia causados pela abolição da escravatura em 1888, uma vez que era, então, um dos principais centros escravocratas do País segundo Rosendo e Carvalho. Os escravos eram tidos como ativos imprescindíveis ao processo produtivo. O sistema de produção na região estava alicerçado no uso da mão-de-obra escrava, sobretudo nas pequenas e médias propriedades presentes na região. Com a abolição, os produtores locais de cana-de-açúcar, os engenhos e engenhocas de Campos dos Goytacazes de uma hora para outra se viram empobrecidos e endividados. Além de que, houve como nas demais regiões escravocratas do País, resistência à utilização da mão-de-obra antes escrava como assalariada. De forma que a produção de açúcar no Norte Fluminense se desestruturou em fins do século XIX.

Pode-se dizer que o século XIX, especialmente o período que vai de 1850 até 1890, comportou o primeiro grande ciclo expansivo da produção açucareira e da economia no Norte Fluminense. No entanto, para os autores Rosendo e Carvalho, a expansão econômica com a modernização trouxe também inúmeras mazelas sociais.

II. 2.4 - CICLOS EXPANSIVOS NO SÉCULO XX

A Região Norte Fluminense assistiu ainda a dois grandes ciclos expansivos em sua economia no século XX. Um foi o grande ciclo de produção da cana de açúcar, agora com uso de mão-de-obra assalariada, que teve seu auge e declínio. Outro no final do século XX da extração de petróleo que dura até hoje.

Após o declínio no final do século XIX, com a abolição da escravatura, a produção de açúcar retomou seu dinamismo no período da primeira guerra mundial.

Agora em moldes capitalistas, com aumento da concentração na produção e com a utilização de mão-de-obra assalariada. Surge a figura do usineiro. O destaque para este novo ciclo expansivo da economia do Norte Fluminense é que devido à ampla utilização de mão-de-obra assalariada ele permite a ampliação e consolidação do setor de comércio e serviços em Campos dos Goytacazes.

Há um declínio da produção com a crise de 1929. Na década de 1930 com a revolução e o estabelecimento do Estado Novo, são implementadas políticas econômicas expansionistas. Foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que visava o controle da produção, mantendo os preços controlados, por meio da manutenção ou, a imposição de cotas de produção. O município de Campos dos Goytacazes neste momento se tornou o maior produtor de cana-de-açúcar nacional.

A política do IAA, no entanto, apesar de incentivar o consumo interno de álcool e açúcar, limitava os lucros dos produtores ao tabelar os preços. O que incentivava o tráfico de influências entre as regiões produtoras e o instituto, o Norte Fluminense concorre com São Paulo e as regiões produtoras de cana-de-açúcar do Nordeste, que detinham a preferência do IAA na obtenção de incentivos e financiamentos, pelas benesses do IAA. Pode-se dizer, no entanto, que ocorreu uma retomada da produção açucareira no Norte Fluminense durante o período do Estado Novo.

A produção de açúcar no Norte Fluminense era, porém, para Rosendo e Carvalho, nessa época, defasada tecnologicamente em relação à realizada no Estado de São Paulo e na Região Nordeste do Brasil, limitando-se à produção do açúcar cristalizado e, portanto, atendendo a nichos específicos do mercado. Segundo eles, a partir do final da década de 1950 muitas usinas campistas começam a ser adquiridas por usineiros do Nordeste enquanto São Paulo se torna o maior produtor nacional de açúcar. Assim o Norte Fluminense assume uma posição periférica no cenário nacional de produção de açúcar e álcool.

Na década de 1970, a demanda internacional sobe devido à desorganização da produção, em função de conflitos localizados, o que estimula a produção de açúcar no Norte Fluminense. Internamente o Proálcool que concedeu inúmeros benefícios à produção da cana de açúcar também se mostra um fator de incentivo à produção. Para Cruz, a nova onda de modernização na economia mundial que atinge também o Brasil, gera na Região Norte Fluminense, mais especificamente no setor sucroalcooleiro, inúmeros desempregados. Também devem ser considerados os incentivos do IAA e do Congresso Nacional que, segundo Rosendo e Carvalho, permitem a fusão e aquisição de usinas e terras e a liberação de créditos à expansão da produção sem o efetivo controle dos órgãos fiscalizadores, o que leva a um superdimensionamento das instalações produtoras e um endividamento dos produtores locais.

Na década de 1980, de acordo com Cruz, as baixas taxas de crescimento econômico levam os produtores locais ao colapso a produção de açúcar e álcool no Norte Fluminense. Segundo ele, os sinais de estagnação econômica foram visíveis, com fechamento de inúmeras usinas, desemprego, precarização das relações trabalhistas e formação de bolsões de pobreza em Campos dos Goytacazes e todo o seu entorno.

II. 2.5 - O CICLO EXPANSIVO DO PETRÓLEO

Outro ciclo expansivo que ocorreu no Norte Fluminense no final do século XX foi do início e expansão da extração petrolífera na Bacia de Campos que começou na década de 1970 e já no final da década de 1990 havia se tornado o maior produtor nacional, sendo responsável por mais da metade da produção de petróleo no Brasil.

A produção de petróleo atingiu mais diretamente o município de Macaé, tendo ocorrido Campos dos Goytacazes um menor impacto direto na economia, e, sobretudo, na geração de empregos. O impacto econômico em Campos dos Goytacazes foi sentido no setor de serviços, educação e saúde. A extração do petróleo, no entanto, aumentou sobremaneira os orçamentos municipais e gerou expectativas de crescimento na região.

II. 3 - MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

A Região Norte Fluminense é caracterizada pelo contraste entre a agroindústria açucareira, que perde participação na economia regional gradativamente, a pujante indústria extrativa mineral e os altos índices de pobreza e indigência. No caso específico de Campos dos Goytacazes, pode-se dizer que estes índices são altíssimos para um município do seu porte e tradição como centro econômico local. Campos dos Goytacazes teve uma melhora nos indicadores de qualidade de vida nos últimos vinte anos, porém ainda apresenta indicadores pouco satisfatórios.

De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas (Cruz, 2004), o índice de indigência de Campos dos Goytacazes era 30,80% em 1970, tendo aumentado para 38,13% em 1980 após a reestruturação produtiva no período do Proálcool e chegando a incríveis 52,34% e 1991 após o período de estagnação e esvaziamento econômico ocorrido durante a crise da dívida. Em 2000 houve uma sensível recuperação, tendo o índice de indigência caído a 28,88%, ainda muito alto.

Para Cruz a explicação destes índices está na natureza e dinâmica do Mercado de trabalho na região; mercado de trabalho sazonal ligado à agroindústria da cana.

“Neste período, a polarização econômica, quase monopólio, do complexo sucroalcooleiro, sustentada pelo arranjo de poder apoiado no regionalismo, re produzia, em decorrência da concentração espacial e centralização dos recursos, um excedente de força de trabalho desqualificada, disponível para o capital agroindustrial, em situação frágil de barganha, o que determinava que relações precárias de trabalho se mantivessem.” (Cruz, 2004)

II. 3.1 - PRECARIÉDADE E SAZONALIDADE

Como já mencionado anteriormente os movimentos de modernização e aumento da produtividade no setor sucroalcooleiro foram ao longo de dois séculos liberando mão-de-obra da produção de açúcar e álcool sem que surgissem outras atividades capazes de absorver o grande contingente. Ao passo que a produção aumentava o

desemprego também. O que gerou além de miséria, a precarização no mercado de trabalho.

“A concentração das atividades produtivas no setor açucareiro, tendo em vista a desarticulação do setor de subsistência, criou uma estrutura econômica e social desequilibrada e perversa, em que prevaleceu a forte concentração de renda e a continuidade de oligarquias locais de um lado e, de outro, a proletarização da mão-de-obra e o surgimento de populações periféricas.” (Rosendo & Carvalho, 2004)

Além de dispensar mão-de-obra empregada diretamente no setor sucroalcooleiro o processo de modernização acompanha também a concentração de renda e terras e a diminuição da diversificação econômica no campo. O que aumenta a massa de desempregados e conseqüentemente a precarização e a informalidade.

“Permanecia o excedente de mão de obra que forçava o rebaixamento dos salários e manutenção de condições precárias de trabalho, com o predomínio do regime de biscate nos serviços de baixa remuneração como única alternativa ao trabalho na agroindústria açucareira.”

“Do ponto de vista do mercado de trabalho, portanto, a modernização da agroindústria, dado o regime de monocultura de monopólio dos recursos, agravou o problema da sazonalidade do emprego, dos baixos salários e da precarização das condições de trabalho, reproduzindo e aprofundando as condições de pobreza e de exclusão social.” (CRUZ, 2004)

Como citado acima além da informalidade e dos baixos salários a questão da sazonalidade na agroindústria açucareira também é um grave problema. Os trabalhadores da agroindústria local têm acesso à renda em um determinado período do ano e alternam estes empregos com serviços de biscate nos demais períodos o que está demonstrado no artigo *“A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004”* de Silva Neto.

II. 3.2 - REMUNERAÇÃO E ESCOLARIDADE

No Boletim Técnico 02/2001 do Observatório de estudos socioeconômicos da região norte Fluminense. Podemos encontrar dados referentes à qualidade do emprego e Campos dos Goytacazes.

Tomando como base dados de Janeiro de 2001 o boletim aponta que 72,7% dos assalariados em Campos recebiam então, até dois salários mínimos, sendo que 23,4% recebiam até um salário mínimo e 49,3% entre um e dois salários mínimos. Recebendo entre dois e cinco salários mínimos havia 22,3% dos empregados. Apenas 4,7% recebendo mais de cinco salários mínimos.

A escolaridade dos trabalhadores do município também é apontada no boletim como baixa; 80,3% dos assalariados não possuem o 2o. Grau completo; e que apenas 2,8% possuem o Curso Superior completo. No capítulo III será feito um estudo dos dados acima para anos posteriores e análise das mudanças ocorridas no perfil de instrução e remuneração no mercado de trabalho local.

II. 3.3 - ROYALTIES E EMPREGO

É unanimidade entre os autores aqui mencionados que a sensibilidade do emprego à arrecadação de *royalties* do petróleo pelas administrações locais tem sido muito baixa ou nula.

No artigo “*A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004*” (Silva Neto, 2005), podemos encontrar comparações entre a evolução da arrecadação e do emprego entre 1996 e 2003. Somente Campos dos Goytacazes recebeu entre 1995 e 2002 o total de R\$ 788 milhões. A receita dos royalties mais participações especiais foi de R\$ 2,5 milhões em 1995 e chega a R\$ 148,7 milhões em 2000. Enquanto isso o emprego formal foi reduzido no período de 47 mil para 42 mil postos de trabalho.

II. 4 - CRESCIMENTO ECONÔMICO E NOVAS PERSPECTIVAS PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES

O Estado do Rio de Janeiro como visto no primeiro capítulo vem perdendo paulatinamente participação no cenário econômico nacional durante todo o século XX. Primeiro perde sua posição de maior economia para São Paulo que passa então a ser o centro dinâmico do país. Depois perde a administração federal para Brasília o que gera diversos impactos negativos na economia da região metropolitana e do interior do estado.

Na década de 1970 o Rio tem crescimento econômico devido aos investimentos do PND II e o chamado “milagre econômico”. Este crescimento porém mascara os efeitos do processo de desconcentração industrial pelo qual este estado continua perdendo participação na economia brasileira.

Na década de 1980, com a crise na economia nacional, período de baixo crescimento econômico com alta inflação, o Estado do Rio de Janeiro passa por um período de extrema estagnação e esvaziamento econômico chegando a ser chamado de “Rio de todas as crises”.

Como já mencionado, a região norte fluminense e seu então centro econômico Campos dos Goytacazes tinham sua economia ligada a da cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Tendo conseqüentemente sofrido drásticas conseqüências com a crise. A sua situação foi ainda pior devido a pouca diversificação econômica local.

A economia do Estado do Rio de Janeiro, porém, passou a dar sinais claros de recuperação a partir da segunda metade da década de 1990. A princípio, a recuperação deveu-se à extração de petróleo na Bacia de Campos tendo depois se espalhado por outros setores.

II. 4.1 - INFLEXÃO POSITIVA NA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A retomada do crescimento econômico, a partir da segunda metade da década de 1990 no estado do Rio de Janeiro, após um longo período de estagnação e perda de participação na economia brasileira, é chamado de “inflexão positiva” na economia fluminense.

Há divergências quanto ao momento exato em que ocorreu a inflexão positiva na economia do estado. O que pode ser atestado no artigo *“Uma Nova trajetória para a economia Fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior”* (Barral Neto e Silva Neto). Alguns autores acreditam que o período de crise durou por toda a primeira metade da década de 1990. Fauré e Hasenclever, por exemplo, recortam o período de inflexão como pós-1998, antes disso ainda haveria perda de dinamismo e esvaziamento. Outros autores, como Natal, apontam um breve período de alterações no quadro econômico entre 1994 e 1997 que teriam antecedido o período de inflexão.

Fazendo uma síntese de vários autores sobre o tema os autores observam que “só a partir da segunda metade da mencionada década que a economia fluminense confirmou que estava novamente propensa ao crescimento” (Barral Neto & Silva Neto, 2008).

No artigo acima citado, os autores comparam ainda a trajetória de crescimento da economia fluminense com a economia nacional no período 1985-2004 e concluem que o Rio de Janeiro tende a recuperar participação na economia brasileira.

Ao estudar a evolução do PIB fluminense de 1996 até 2003 eles concluem que o crescimento econômico se deveu à extração do petróleo uma vez que esta aumentou sua participação no PIB estadual de 2,6% para 17,9% no período. Além disso, ao comparar as taxas de crescimento da indústria extrativa mineral com a indústria de transformação, percebe-se que enquanto a primeira manteve taxas de crescimento majoritariamente acima de 10% ao ano, a segunda apresentou com exceção do ano de 2002, taxas negativas de crescimento.

II. 4.2 - INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE

O artigo destaca ainda, tendo como base dados da fundação CIDE, o fato de que o interior aumentou sua participação no PIB estadual de 20% em 1996 para 37% em 2004. De forma que, teria ocorrido desconcentração espacial na economia fluminense. O interior seria agora responsável pelo crescimento econômico no Estado do Rio de Janeiro.

O processo de interiorização da indústria no Estado do Rio de Janeiro foi diferente, porém, do ocorrido no Estado de São Paulo.

“o processo de interiorização verificado a partir da década de 1990, não se caracteriza primordialmente por uma expansão das atividades industriais da RMRJ para outras partes do território fluminense, mas sim pelo surgimento de novas bases produtivas, em

regiões do Estado antes marginalizadas economicamente, e pelo 'resgate', através do crescimento de outros pólos espalhados no território fluminense, de antigas bases, atrasadas tecnologicamente e incapazes de se reestruturar e se diversificar.” (Barral Neto & Silva Neto, 2008)

II. 4.3 - NOVAS PERSPECTIVAS PARA CAMPOS DOS GOYTACAZES

Como já foi tratado, a extração do petróleo e os *royalties* não tiveram impactos significativos no crescimento do emprego no município de Campos dos Goytacazes até o ano de 2000. Porém, mesmo uma breve análise dos dados da RAIS do Ministério de Trabalho e do Emprego, permite perceber que o número de empregos neste município vem crescendo constantemente e de maneira considerável desde 2000 e que se acelerou a partir de 2002, como será exposto e analisado no capítulo III.

No artigo “*Campos do Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense*” (Silva Neto, Dias e Barral Neto, 2008) apontam alguns empreendimentos que podem nos próximos anos criar ainda mais empregos e abrir caminho para a sustentação do crescimento após o petróleo.

Entre os novos empreendimentos estariam, a implantação do Complexo Portuário do Açu, no município de São João da Barra, distante apenas 40 quilômetros de Campos. O porto do Açu está sendo construído, com o objetivo de escoar 27 milhões de toneladas de minério ao ano, vindas direto do Quadrilátero Ferrífero no Estado de Minas Gerais. O projeto acompanha ainda a construção de um mineroduto e uma termelétrica. Para os autores “o projeto poderá acrescentar sobremaneira o valor adicionado, podendo-se esperar uma radical mudança na paisagem regional”.

Os investimentos anunciados pela Alcana Agroenergética e Elcana Agroenergética também são destacados, além da atuação da HC Sucroquímica na área de biotecnologia. A crescente demanda por biocombustíveis reabre perspectivas para o tradicional cultivo de cana e a agroindústria sucroalcooleira na região. A reprodução de velhas mazelas sociais, no entanto, é uma preocupação que acompanha a expansão da lavoura de cana.

Os autores destacam ainda algumas vantagens que o município de Campos oferece para a instalação de novos empreendimentos e a possibilidade de multiplicação do crescimento local. O mais importante deles seria a existência de um reconhecido sistema de ensino técnico e superior, o maior do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Este, além de por si só gerar inúmeros empregos, fornece profissionais qualificados, outro fator de atração de investimentos. Mais uma grande vantagem seria a localização próxima aos grandes centros consumidores do Sudeste.

Não podemos esquecer a importância do também tradicional setor de comércio e serviços. Este é um dos setores que mais emprega no município, além de ser um atrativo para os empregados nos novos empreendimentos e para a criação de novas pequenas e médias empresas.

No próximo capítulo iremos analisar quais setores da economia campista mais geram postos de trabalho e quais foram responsáveis pelo recente crescimento do

emprego. Adicionalmente serão analisados o perfil de remuneração e o grau de instrução da mão-de-obra empregada.

CAPITULO III – ANÁLISE EMPÍRICA DO CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2009. HOUE MUDANÇA NO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO

III. 1 - INTRODUÇÃO

O processo de desconcentração industrial e da atividade econômica, como foi visto anteriormente, mostrou-se contínuo e atinge cada vez mais regiões e microregiões do país que antes se encontravam em posições periféricas na economia brasileira.

A Região Norte Fluminense está fazendo parte deste processo. A princípio o recente crescimento econômico na região se deu a partir de meados da década de 1990 com a indústria extrativa do petróleo cujo epicentro é o município de Macaé. O município de Campos dos Goytacazes, tradicional centro de serviços da região e antigo centro econômico regional, foco de estudo neste trabalho, até o início da década de 2000 não apresentava sinais de sensibilidade econômica a presença da indústria extrativa mineral na região.

A partir do ano de 2002 como visto acima no segundo capítulo, o município de Campos dos Goytacazes, após um longo período de estagnação e esvaziamento econômico, tem apresentado sinais de recuperação econômica e do emprego. Vimos também que novos empreendimentos industriais e de serviços estão sendo instalados em Campos e alguns municípios vizinhos como Quissamã e São João da Barra. Há uma expectativa muito grande quanto ao crescimento econômico e do emprego que será gerado por estes empreendimentos e, sobretudo, quanto aos encadeamentos que possivelmente podem ser criados em seu entorno.

Caso o crescimento se mostre contínuo e a microregião de Campos dos Goytacazes entre definitivamente no processo de desconcentração industrial isso pode trazer inúmeros impactos positivos para a economia do município. Já que este ocupa tradicionalmente uma posição central na oferta de bens e serviços no Norte Fluminense.

Abaixo analisamos o crescimento do emprego formal em Campos dos Goytacazes no período de 2001 até 2009, com o objetivo de identificar as mudanças ocorridas no perfil do emprego e também identificar e analisar os setores com maior participação no emprego e seu potencial de criação de novos postos. Serão utilizados dados da RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego.

III. 2 - CRESCIMENTO DO EMPREGO

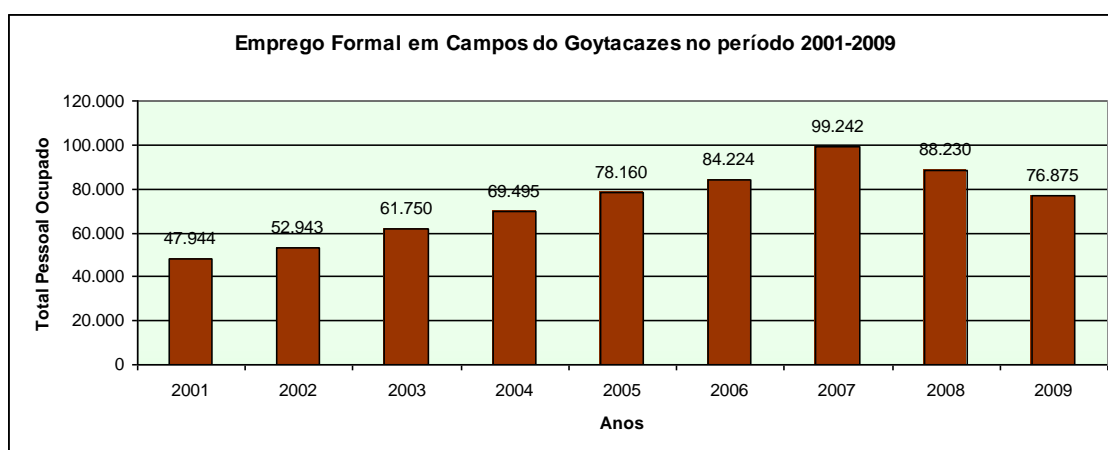
Durante a década de 1990 o município de Campos dos Goytacazes apresentou baixo crescimento no nível do emprego formal, chegando a ser negativo em alguns

períodos este crescimento chegou mesmo a ser negativo segundo dados da RAIS retirados do Boletim Técnico No. 09 (2003) e do Boletim Técnico No. 01 (2001) do Observatório de Estudos Socioeconômicos do Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense.

Porém, conforme já discorrido, a partir de 2000 o crescimento do emprego formal é retomado e tem uma aceleração a partir de 2002.

A partir de dados da RAIS construímos o gráfico 01 abaixo que comprova a tendência de crescimento do emprego formal no município de Campos dos Goytacazes até 2007, antes da crise na economia mundial em Setembro de 2008. Mais que isso, o número de empregos formais dobrou neste município entre dezembro de 2001 e dezembro de 2007.

Gráfico 01



No gráfico 01 acima é utilizada a variável total de pessoal ocupado em 31 de dezembro da RAIS para o período 2001 até 2009. Como podemos observar o número de empregos formais mais que dobrou de 47.944 pessoas ocupadas em dezembro de 2001 para 99.242 pessoas ocupadas em dezembro de 2007. O que até aí parece confirmar as expectativas positivas em torno da economia campista.

Nos anos posteriores foi observada uma queda para 88.230 pessoas ocupadas em dezembro de 2008 e para 76.875 pessoas ocupadas em dezembro de 2009. Essa queda foi também elevada, equivalente a perda de mais de 10% do total de postos de trabalho formais no município em cada ano. É possível que este resultado para os dois últimos anos esteja relacionado a impactos macroeconômicos da crise ocorrida na economia mundial em setembro de 2008.

Aqui acreditamos que somente será possível verificar efetivamente uma tendência de longo prazo a partir dos resultados do corrente ano de 2010 e do ano de 2011. Porém consideramos o resultado obtido positivo e que este indica o crescimento na economia local com aumento no número de empregos formais.

Uma análise mais precisa poderá ser feita após a divulgação do Censo de 2010 do IBGE que vai permitir a comparação entre o crescimento do emprego e o

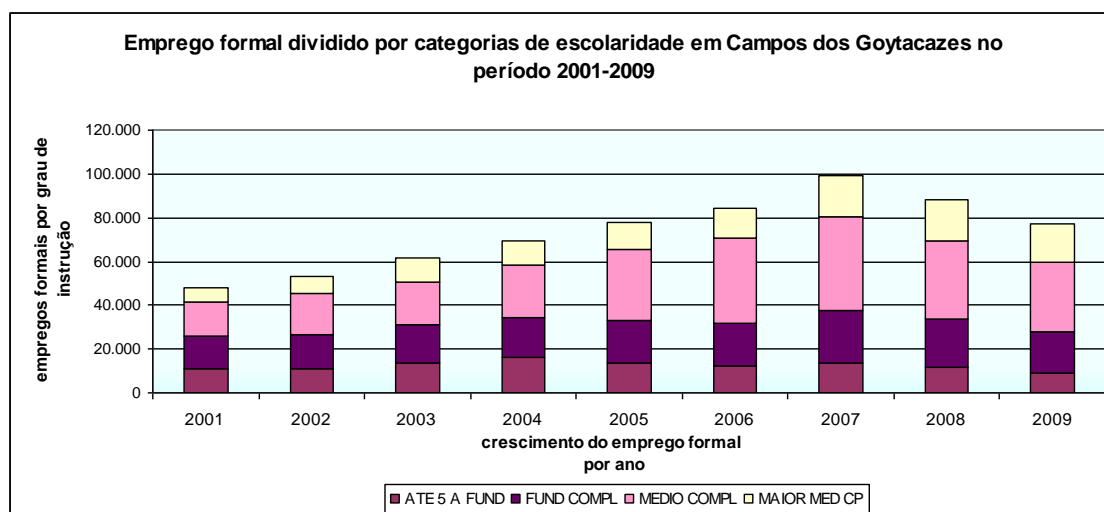
crescimento da população. Este tipo de análise permite verificar se o crescimento do emprego foi equivalente, maior ou menor que o da PEA. Desta forma pode-se saber se o nível de emprego é considerado adequado e se o crescimento extraordinário foi suficiente para acabar com o déficit já existente mais os efeitos do crescimento vegetativo da população e da migração.

III. 3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO E GRAU DE ESCOLARIDADE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Nesta seção será analisado o perfil de escolaridade dos ocupados em empregos formais no município de Campos dos Goytacazes no período de 2001 a 2009. Também serão apontadas eventuais mudanças ocorridas neste perfil.

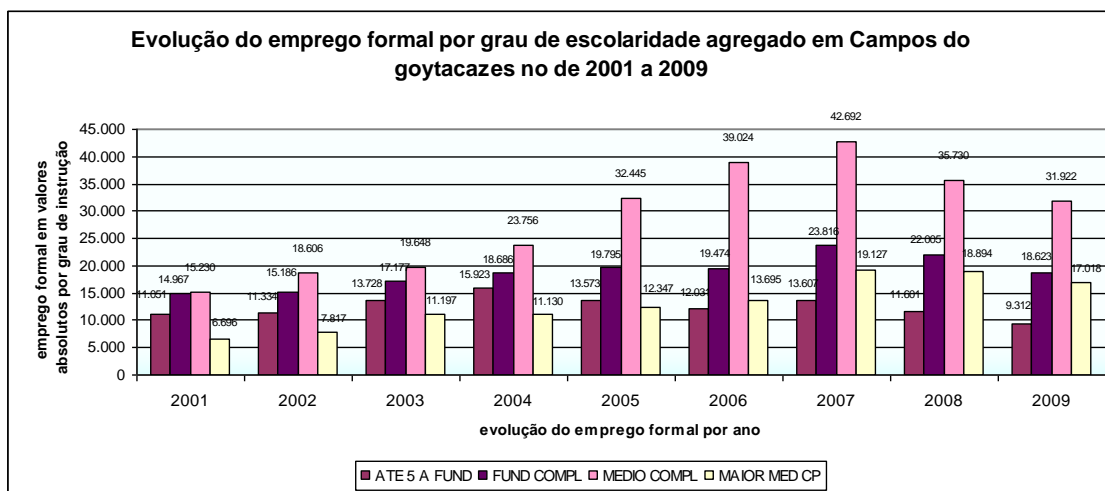
O gráfico 02 abaixo traz o emprego formal em Campos dos Goytacazes em números absolutos no período entre 2001 e 2009 dividido pelo grau de instrução agregado dos empregados em 31 de dezembro de cada ano.

Gráfico 02



Como podemos observar as categorias tem um crescimento diferenciado umas das outras. O crescimento isolado do emprego em cada categoria de instrução pode ser observado no gráfico 03 abaixo.

Gráfico 03



Ao observar o gráfico 03 fica evidente que o crescimento do emprego foi maior na categoria ensino médio completo. Este passou de 15.230 empregos em dezembro de 2001 para 42.692 empregos em dezembro de 2007, o ano em que o número de empregos atingiu seu ponto máximo. Ou seja, o número de empregos para o ensino médio quase triplicou em seis anos no município de Campos dos Goytacazes.

Outro destaque é o crescimento dos empregos formais voltados para o ensino superior. Passou de 6.696 postos em dezembro de 2001 para 19.127 postos em dezembro de 2007, tendo também quase triplicado seu número em seis anos. Os empregos voltados para o ensino fundamental completo também tiveram um crescimento expressivo, mas não tanto, de 14.967 postos em 2001 para 23.816 postos em 2007.

A categoria que teve o menor crescimento no número de postos de trabalho formal foi a dos empregos voltados para os graus mais baixos de instrução, até o 5º ano do fundamental. O número de empregos nesta categoria cresceu em apenas 2.556 postos, de 11.051 em 2001 para 13.607 em 2007.

O crescimento diferenciado do emprego nas diferentes categorias de instrução indica uma mudança no perfil do emprego formal. Abaixo temos dois gráficos que trazem os percentuais de emprego formal para cada grau de instrução nos anos de 2001 e 2007. Escolhemos para comparação o ano de 2001, gráfico 04, como o início da série e o ano de 2007, gráfico 05, por ter sido o ponto de máximo do emprego formal. A utilização deste ano para definir o novo perfil do emprego em Campos dos Goytacazes é feita para evitar eventuais distorções em função da crise macroeconômica ocorrida em 2008.

Gráfico 04

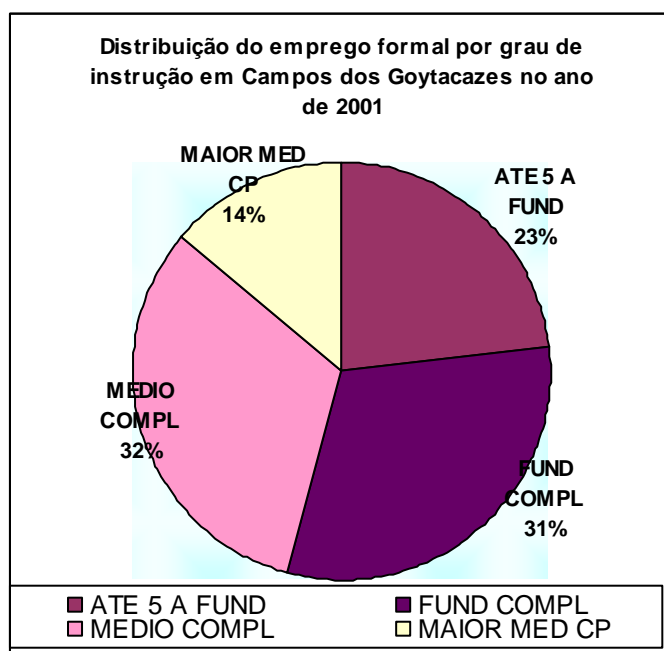
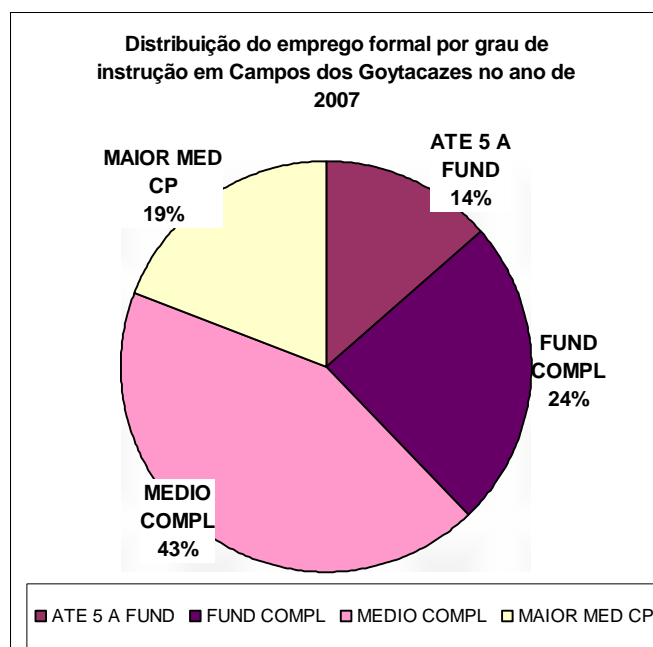


Gráfico 05



Como podemos observar há uma mudança no perfil de instrução nos empregos formais. O emprego de ensino médio aumenta sua participação de 32% para 43% do total e o emprego de nível superior aumenta sua participação de 14% para 19% entre 2001 e 2007. Os dois somados têm um aumento em sua participação de 46% em 2001 para 62% em 2007.

Enquanto isso o emprego para nível fundamental completo tem uma queda em sua participação de 31% para 24% e o emprego para até o 5º ano do fundamental sofre uma queda de participação de 23% para 14%. Os dois somados têm sua participação no emprego formal diminuída de 54% em 2001 para 38% em 2007.

Há, portanto, um aumento do grau de escolaridade no emprego formal em Campos dos Goytacazes entre dezembro de 2001 e 2007. Isto pode indicar uma melhora na qualidade do emprego formal.

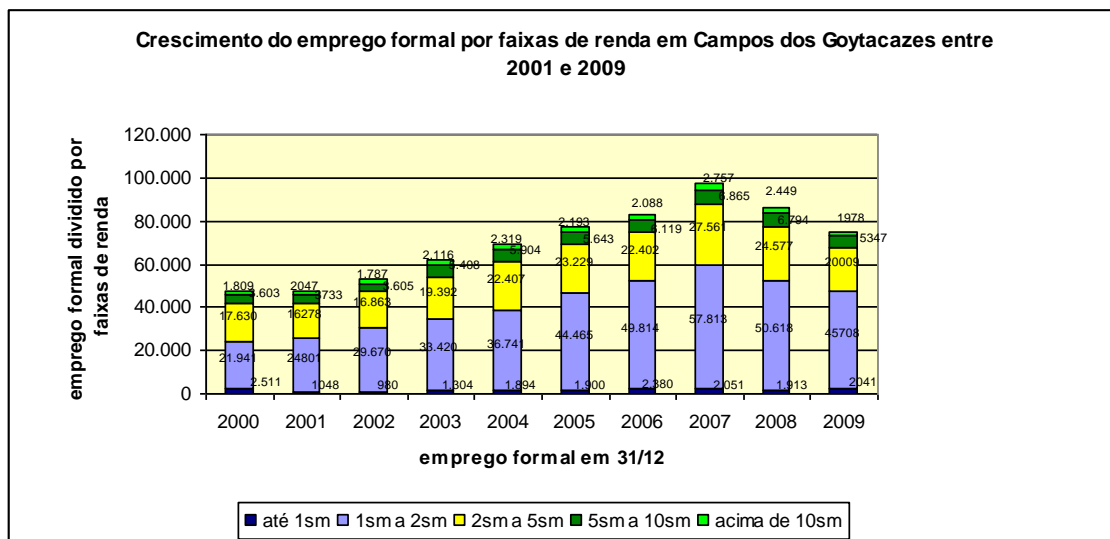
Uma observação que deve ser feita é que os dados da RAIS tratam apenas do emprego formal declarado ao Ministério do Trabalho e do Emprego. A referida mudança ocorreu, portanto, no mercado formal de trabalho.

III. 4 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO EMPREGO FORMAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NO PERÍODO DE 2001 ATÉ 2007

Da mesma forma que foi analisada na seção passada a evolução do grau de instrução no emprego formal, aqui será feito um estudo do rendimento do emprego formal.

O gráfico 06 abaixo traz os números absolutos do emprego formal no período analisado entre dezembro de 2001 e dezembro de 2007 dividido por cinco faixas de renda.

Gráfico 06



Como podemos observar houve um crescimento mais expressivo na faixa de renda entre um e dois salários mínimos. Em números absolutos este crescimento foi de 24.801 empregos em 2001 para 57.813 empregos em 2007. Pode-se dizer que o emprego para esta faixa salarial mais que dobrou. O emprego na faixa salarial entre dois e cinco salários mínimos também cresceu, de 16.278 postos em 2001 para 27.561 em

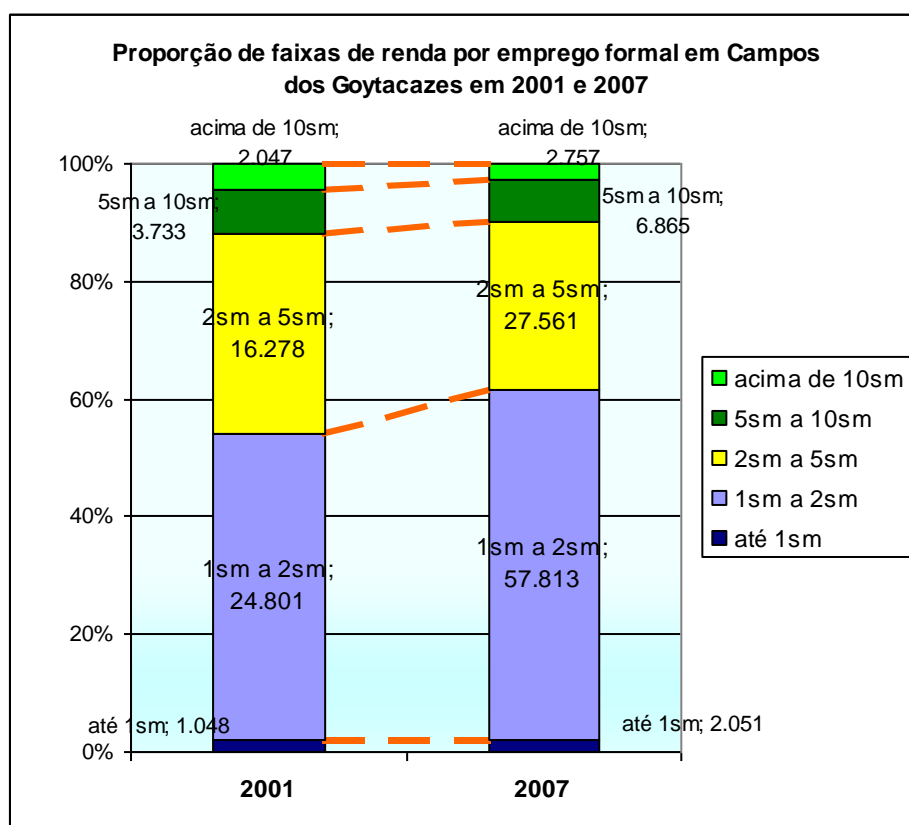
2007, um crescimento considerável, porém, em proporções menores que a faixa entre um e dois salários mínimos.

Na faixa entre cinco e dez salários mínimos temos também um crescimento expressivo de 3.733 postos de trabalho em 2001 para 6.865 postos de trabalho em 2007. Na faixa salarial acima de 10 salários mínimos houve um crescimento de 2.047 empregos em 2001 para 2.757 empregos. Estas duas faixas salariais, porém, tem pequena participação no total do emprego.

A faixa salarial que vai até um salário mínimo aumentou de 1.048 postos em 2001 para 2.051 postos em 2007. Esta faixa salarial manteve sua baixa participação no total do emprego. Algo que deve ser observado novamente é que a RAIS não capta o trabalho informal. Portanto não é possível mensurar o número de trabalhadores pobres ou “*working poors*” por meio dela.

Dando continuidade à análise dos rendimentos do trabalho podemos observar abaixo, no gráfico 07, as mudanças de participação no total do emprego formal entre as faixas de renda selecionadas em Campos dos Goytacazes entre 2001 e 2007.

Gráfico 07



Pelo gráfico 07 acima podemos observar que houve perda de participação no emprego formal em todas as faixas de renda, exceto na faixa de rendimentos entre um e dois salários mínimos que ganhou participação. O que é um dado interessante, uma vez que, como visto, ocorreu crescimento do emprego em todos os segmentos analisados.

Ou seja, o crescimento do emprego formal em Campos dos Goytacazes no período entre dezembro de 2001 e dezembro de 2007 foi mais concentrado na faixa de rendimentos entre um e dois salários.

O percentual que cada faixa de rendimentos ocupa no emprego formal no município estudado nos anos de 2001 e 2007 pode ser observado nos dois gráficos abaixo. O gráfico 08 traz a participação das faixas de renda no total do emprego formal em Campos dos Goytacazes em 2001 e o gráfico 08 traz a participação das faixas de renda no total do emprego formal em Campos dos Goytacazes em 2007.

Gráfico 08

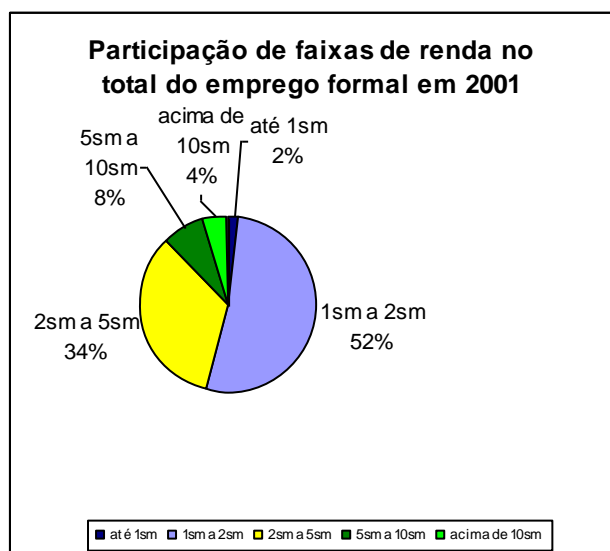
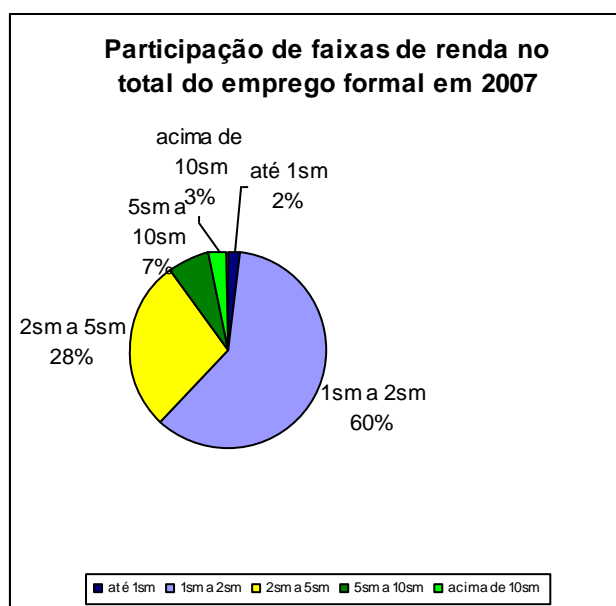


Gráfico 09



Os dados acima apontam um aumento da participação da faixa de rendimentos entre um e dois salários mínimos de 52% em 2001 para 60% em 2007. Enquanto a faixa de rendimentos entre dois e cinco salários mínimos perdeu participação de 34% em 2001 para 28% em 2007. As demais faixas de rendimento tiveram pequenas quedas de participação. Entre cinco e dez salários mínimos passou de 8% em 2001 para 7% em 2007 e a faixa de rendimentos acima de dez salários mínimos passou de 4% em 2001 para 3% em 2007. A faixa de rendimentos até um salário mínimo manteve os 2% de participação no mercado formal de trabalho.

Aparentemente houve uma queda nos rendimentos médios do trabalho formal. A única hipótese que pode negar esta queda é que tenha ocorrido um aumento real do salário mínimo, mas este não é o foco deste trabalho.

Assim concluímos que apesar do extraordinário crescimento do emprego formal crescimento do número de empregos formais no município de Campos dos Goytacazes, este ocorreu majoritariamente nas faixas de rendimentos mais baixas.

III. 5 - CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL POS SETORES DA ECONOMIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Já percebemos que houve um crescimento acelerado do emprego formal em Campos dos Goytacazes no período entre dezembro 2001 e dezembro de 2007 seguido de uma queda após a crise da economia mundial em setembro de 2008. Este crescimento trouxe algumas alterações no perfil do emprego formal no município. Ocorreu um aumento do grau de instrução e ao mesmo tempo, uma queda no perfil dos rendimentos médios, aumentando a participação da faixa entre um e dois salários mínimos.

Agora vamos analisar quais setores apresentaram um maior crescimento do número de empregos formais. E que poderiam desta forma, ser considerados responsáveis pelo crescimento do emprego no município de Campos dos Goytacazes no período estudado. Na tabela 01 abaixo podemos conferir o número de empregos formais em cada setor da economia em 31 de dezembro de cada ano no período entre 2001 e 2009. É utilizada a classificação de setores do IBGE.

Tabela 01
Número de empregados em cada setor do IBGE em 31 de dezembro de 2001 a 2007

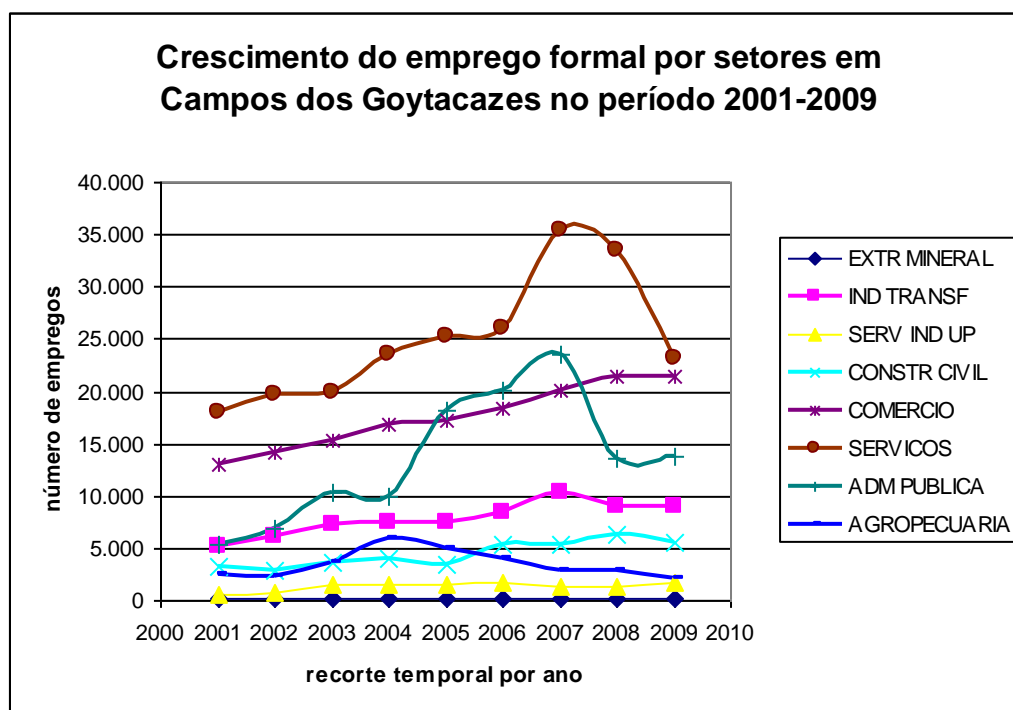
SETORES IBGE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
EXTR MINERAL	155	140	153	152	142	194	215	193	200
IND TRANSF	5.096	6.147	7.231	7.549	7.465	8.466	10.426	8.967	9.023
SERV IND UP	574	809	1.508	1.465	1.575	1.687	1.304	1.407	1.670
CONSTR CIVIL	3.228	2.852	3.661	3.965	3.350	5.282	5.344	6.375	5.472
COMERCIO	12.965	14.088	15.355	16.793	17.209	18.452	20.081	21.362	21.433
SERVICOS	17.909	19.697	19.922	23.629	25.170	25.993	35.473	33.515	23.136
ADM PUBLICA	5.450	6.962	10.324	9.920	18.267	20.189	23.455	13.632	13.809
AGROPECUARIA	2.567	2.248	3.596	6.022	4.982	3.961	2.944	2.779	2.132
OUTR/IGN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	47.944	52.943	61.750	69.495	78.160	84.224	99.242	88.230	76.875

Podemos ver que os setores que apresentaram o maior crescimento do número de empregos formais foram o setor de serviços que passou de 17.909 postos de trabalho em 2001 para 35.473 postos de trabalho em 2007, ano em que o emprego atingiu seu ponto de máximo, e a administração pública, que passou de 5.450 postos de emprego em 2001 para impressionantes 23.455 em 2007, passando o tradicional setor de comércio que apresentou 20.081 em dezembro de 2007.

Um dado que chama atenção é que o emprego setor de comércio aparentemente não perdeu postos de trabalho após a crise macroeconômica internacional, tendo chegado a dezembro de 2008 com 21.362 postos de emprego e a dezembro de 2009 com 21.433 postos, recuperando sua posição relativa no emprego ante a administração pública que apresentou 13.809 empregos formais em 2009. Mas como já foi dito anteriormente, é cedo para definir uma tendência após a crise de 2008. Além de que o setor de comércio apresenta sazonalidade no emprego e como os dados são do mês de dezembro em que ocorre um aumento no número de contratados neste setor os, dados podem apresentar viés de alta.

Podemos visualizar estes movimentos no emprego formal em cada setor pelo gráfico 10 abaixo:

Gráfico 10



Não será feita aqui uma análise específica das mudanças na participação dos setores no total do emprego formal no período estudado de 2001 até 2009, pois, como foi visto os setores que tiveram o maior crescimento do emprego entre 2001 e 2007 foram também os que apresentaram maior sensibilidade à crise econômica internacional ocorrida em setembro de 2008. Os setores em questão de serviços e administração pública estão entre aqueles que mais empregam no município de Campos dos

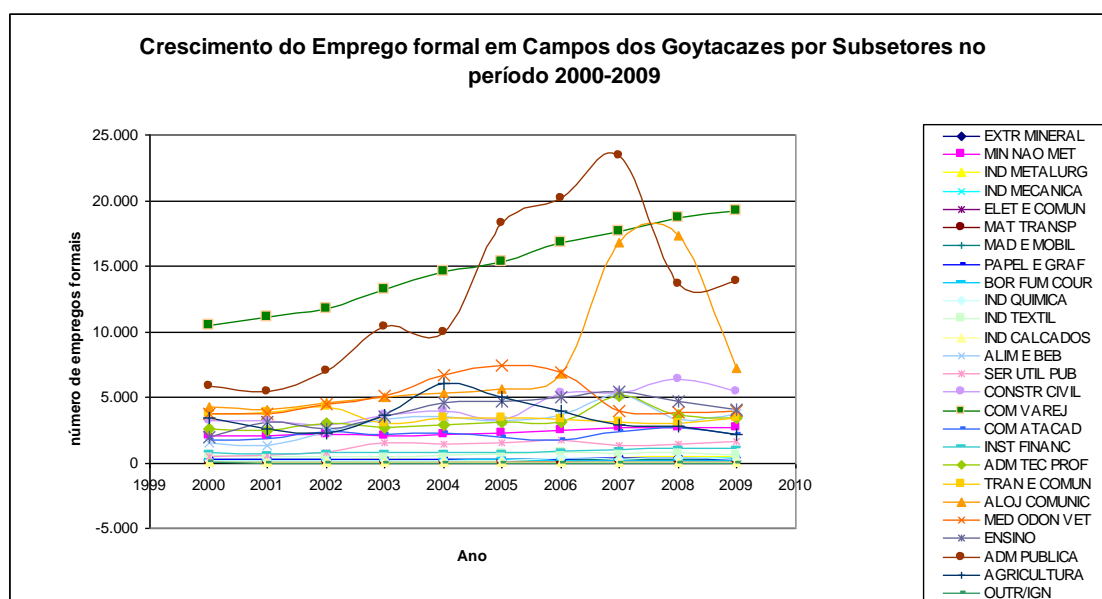
Goytacazes o que torna ainda mais complicado precisar uma mudança relativa em sua participação no emprego.

Recomendamos um estudo posterior da evolução do emprego formal no município de Campos dos Goytacazes para verificação de uma eventual tendência a modificação na composição setorial do emprego. Percebemos aqui que esta tendência só pode ser definida com precisão no longo prazo.

III. 6 – CRESCIMENTO DO EMPREGO FORMAL POR SUBSETORES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Nesta seção iremos fazer uma breve análise do crescimento do emprego formal por subsectores do IBGE, de forma tentar compreender melhor o comportamento do crescimento do emprego nos setores.

Gráfico 11



Os dados que compõe o gráfico 11 acima estão relacionados na tabela 02 abaixo:

Tabela 02

Número de empregados em cada subsetor do IBGE em 31 de dezembro de 2001 a 2007

SUBSETORES do IBGE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
EXTR MINERAL	164	155	140	153	152	142	194	215	193	200
MIN NAO MET	2.092	2.058	2.117	2.059	2.175	2.222	2.459	2.684	2.673	2.670
IND METALURG	154	145	199	261	193	190	181	362	434	424
IND MECANICA	51	51	51	277	75	60	211	216	355	393
ELET E COMUN	7	4	3	3	4	4	1	1	52	17
MAT TRANSP	77	67	50	54	72	88	102	121	153	169
MAD E MOBIL	257	289	212	209	240	213	296	264	299	282
PAPEL E GRAF	213	216	217	258	286	290	310	350	347	312
BOR FUM COUR	183	182	123	114	172	242	177	146	169	158
IND QUIMICA	181	184	192	163	171	174	345	307	336	312
IND TEXTIL	535	504	514	487	603	698	749	709	751	562
IND CALCADOS	51	65	52	64	48	33	35	34	41	32
ALIM E BEB	1.558	1.331	2.417	3.282	3.510	3.251	3.600	5.232	3.357	3.692
SER UTIL PUB	492	574	809	1.508	1.465	1.575	1.687	1.304	1.407	1.670
CONSTR CIVIL	3.233	3.228	2.852	3.661	3.965	3.350	5.282	5.344	6.375	5.472
COM VAREJ	10.491	11.134	11.706	13.210	14.576	15.297	16.758	17.678	18.729	19.252
COM ATACAD	1.698	1.831	2.382	2.145	2.217	1.912	1.694	2.403	2.633	2.181
INST FINANC	759	716	804	762	793	842	923	976	1.064	1.104
ADM TEC PROF	2.554	2.504	2.968	2.650	2.858	3.114	3.086	5.129	3.627	3.463
TRAN E COMUN	3.741	3.800	4.229	2.998	3.402	3.470	3.338	3.134	3.040	3.375
ALOJ COMUNIC	4.286	4.059	4.611	4.955	5.333	5.645	6.740	16.841	17.264	7.229
MED ODON VET	3.757	3.720	4.497	5.060	6.634	7.438	6.886	3.951	3.854	3.938
ENSINO	1.965	3.110	2.588	3.497	4.609	4.661	5.020	5.442	4.666	4.027
ADM PUBLICA	5.825	5.450	6.962	10.324	9.920	18.267	20.189	23.455	13.632	13.809
AGRICULTURA	3.410	2.567	2.248	3.596	6.022	4.982	3.961	2.944	2.779	2.132
OUTR/IGN	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	47.741	47.944	52.943	61.750	69.495	78.160	84.224	99.242	88.230	76.875

Como podemos verificar no gráfico 11 o comportamento do emprego formal por subsetores não segue uma tendência predefinida. Alguns subsetores apresentam um crescimento mais contínuo, como é o caso do comércio varejista, minerais não metálicos, instituições financeiras, indústria mecânica e indústria metalúrgica. Os dois primeiros são subsetores de longa tradição no município (Cruz, 2004).

Outros subsetores apresentam um crescimento extraordinário entre 2005 e 2007 e sofrem uma queda abrupta em 2008 e 2009 após a crise econômica internacional. Como é o caso da administração pública e alojamento e alimentação. O mesmo movimento ocorre em menor grau em setores com participação um pouco menor no total do emprego formal como o ensino, alimentos e bebidas, administração técnica e profissional e papel e gráfica.

Há ainda alguns subsetores que apresentam seu ponto de máximo do emprego nos anos de 2004 e 2005, sofrendo queda em maior ou menor grau após isso como é o caso de serviços médicos, odontológicos e veterinários, transporte e comunicação e outros de menor peso relativo no total do emprego.

A análise dos dados desagregados em subsetores permite isolar o subsetor de comércio varejista como o que mais emprega em Campos dos Goytacazes, seguido pela administração pública. O comércio varejista é entre os subsetores que mais empregam, o que apresenta o crescimento mais contínuo.

O subsetor de alojamento e alimentação é terceiro que mais emprega mas sua tendência de crescimento é indefinida, tendo sofrido uma inflexão negativa muito forte após a crise de 2008.

A construção civil é em dezembro de 2009 o quart subsetor que mais emprega no município. Esta sofreu a queda no número de empregos apenas neste ultimo ano. A construção civil acompanha o crescimento dos demais setores, ela apresentou um crescimento contínuo até 2008, em dezembro 2009 apresentou queda no número de empregos, porém, ganhou participação no total do emprego em relação ao subsetor de ensino e administração técnica e profissional.

Os subsetores de ensino e administração técnica e profissional são respectivamente o quinto e o sexto que mais empregam no município de Campos dos Goytacazes. Junto ao subsetor de alojamento e alimentação parecem ter composto o grande crescimento do emprego no setor de serviços no município ocorrido entre dezembro 2001 e 2007. Apesar de terem apresentado queda no emprego após a crise econômica de 2008, esta não foi tão abrupta e o crescimento do emprego nestes dois subsetores demonstrou ser relativamente contínuo mantendo uma tendência de crescimento até 2007. Esta tendência de crescimento verificada nestes dois subsetores entre 2001 e 2007 demonstra a vocação do município como um centro de serviços regional. De forma que, o desenvolvimento da indústria e infraestrutura de transportes nos municípios vizinhos de Quissamã, Macaé e São João da Barra podem gerar impactos positivos na economia e no emprego formal em Campos dos Goytacazes.

CONCLUSÃO

A conclusão mais evidente deste trabalho, é que houve um crescimento extraordinário do emprego em Campos dos Goytacazes no período compreendido entre dezembro de 2001 e dezembro de 2007. Após isso, foi apresentada queda no emprego formal nos anos de 2008 e 2009, provavelmente relacionadas à crise econômica mundial. O número de empregos formais, porém, continua muito acima do apresentado em 2001 no início da série.

Para uma complementação do estudo seria interessante, como já dito anteriormente, uma comparação com os dados do Censo de 2010 do IBGE, que ainda não foi divulgado. A comparação do número de empregos com os dados do Censo sobre a PEA permite avaliar se o crescimento do emprego pode ser considerado suficiente para se atingir índices satisfatórios de emprego sobre a população. Além de diminuir distorções em função da migração.

O grau de escolaridade nos empregos aumentou no município no período estudado. Aumentaram a participação no total os empregos voltados para o ensino médio completo e superior completo, enquanto diminuiu a participação dos empregos voltados para ensino fundamental completo e incompleto.

A mudança no perfil de instrução dos empregos pode ser considerada uma melhora da qualidade do emprego, mas não significou necessariamente um aumento no rendimento do trabalho.

Uma hipótese que pode explicar a mudança no perfil de instrução dos empregos é o crescimento nos setores de comércio varejista, ensino, administração técnica e profissional, serviços de utilidade pública e administração pública. Para confirmar esta hipótese é preciso um estudo mais aprofundado do perfil do emprego em cada setor e subsetores, de forma que, possamos saber como o crescimento setorial do emprego influencia o perfil de instrução deste.

Ao analisar a evolução dos rendimentos do emprego, descobrimos que o crescimento do emprego se deu majoritariamente na faixa de rendimentos entre um e dois salários mínimos. Como resultado esta faixa de rendimentos aumentou sua participação no total do emprego em relação às demais. Perdeu participação, sobretudo a faixa de rendimentos entre dois e cinco salários mínimos. Foi verificada, portanto, uma queda no perfil de rendimento médio do emprego formal.

Ou seja, apesar de ter havido aumento do grau de escolaridade dos empregos formais no município de Campos dos Goytacazes, foi verificada uma queda no perfil de rendimentos do emprego.

Esta constatação é aparentemente contraditória, pois por um lado teria ocorrido a melhora na qualidade do emprego, por outro, uma queda no perfil dos rendimentos, aumentando a participação dos empregos na faixa de renda entre um e dois salários. Porém devemos considerar que isso não significa necessariamente uma queda do

rendimento médio do trabalho formal em si, uma vez que, podemos considerar válida a hipótese de que houve um aumento real do valor do salário mínimo no período.

A análise do crescimento do emprego por setores e subsetores obteve conclusões um pouco menos precisas. Isto porque percebemos que não seria possível definir com precisão as tendências de crescimento setorial após a crise econômica mundial de setembro de 2008. Concluimos que seria para isso necessário um período mais longo para análise das tendências de crescimento setorial.

O comportamento do crescimento dos subsetores econômicos é diverso. Alguns apresentam crescimento contínuo outros apresentam uma maior sensibilidade aos efeitos macroeconômicos da crise na economia mundial. Há ainda, subsetores cujo comportamento é difícil de interpretar utilizando apenas as variáveis selecionadas.

A conclusão tirada da análise do crescimento do emprego nos subsetores da economia campista é que apesar de não ser possível definir uma tendência de crescimento precisa para os subsetores, o setor de serviços, sobretudo os subsetores de alojamento e alimentação, ensino e administração técnica e profissional, o setor de serviços de utilidade pública, administração pública e o subsetor de comércio varejista mantêm-se entre os setores que mais empregam em Campos dos Goytacazes. A vocação de centro regional de prestação de serviços parece se confirmar.

Este trabalho de monografia apontou um recente crescimento econômico no município de Campos dos Goytacazes situado na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro de levantou duas questões. Uma é de que forma o município em questão está inserido no processo de desconcentração industrial. A outra é se o crescimento econômico resultante deste processo de desconcentração mudou o perfil do mercado de trabalho no município.

Pela análise dos dados de emprego nos setores e nos subsetores econômicos pudemos perceber que apesar de haver um impressionante crescimento do emprego em Campos dos Goytacazes no período analisado não ocorreu um aumento expressivo da participação da indústria no total do emprego local, apesar de acompanhar o ritmo de crescimento extraordinário do emprego no período, sua participação se mostrou estável. O setor de serviços, a administração pública e o subsetor de comércio varejista, no entanto, mostraram-se os responsáveis pelo crescimento do emprego formal e apresentam uma tendência de aumento de participação no total do emprego formal.

Concluimos então que o município Campos dos Goytacazes não está inserido no processo de desconcentração industrial de forma direta pelo aumento da participação do emprego industrial no total da localidade. Porém este município tem apresentado a reversão de um quadro de estagnação econômica através da prestação de serviços aos municípios vizinhos, estes sim protagonistas no processo de desconcentração industrial.

A princípio a desconcentração industrial chegou à Região Norte Fluminense pela extração do petróleo que teve sua base de operações instalada no município de Macaé. Mais recentemente, seguindo os princípios da guerra fiscal foram instaladas as ZENs, com destaque para a de Quissamã. E por último está ocorrendo a construção e a instalação de um porto para escoamento de minério no município de São João da Barra

pela empresa LLX. Os recursos do PAC para infra-estrutura na região também devem ser considerados.

Há expectativas de que estes empreendimentos gerem impactos significativos no crescimento econômico e do emprego na região. Porém, também atraem movimentos migratórios que demandam mais crescimento no emprego local. O crescimento econômico regional pode significar um crescimento no emprego local para Campos dos Goytacazes pelo desenvolvimento do setor de serviços.

A segunda questão é permanece em aberto, pois, como foi visto, ocorreu a retomada do crescimento do emprego formal no município. Porém é necessário contrastar os dados do emprego com o da população para saber se há uma boa relação entre o emprego formal e a PEA. Isto fica como sugestão de estudo. Caso o resultado seja positivo ele pode indicar um crescimento do mercado formal de trabalho em relação ao mercado informal no município. Para tanto seria necessário a realização de estudos mais específicos e a utilização de outras fontes de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BARRAL NETO, Jayme Freitas .& SILVA NETO, Romeu, *Uma Nova trajetória para a economia Fluminense: inflexão positiva graças ao crescimento do interior*. In Fauré, Yves, Hasenclever, Lia & Silva Neto, Romeu (org.). **Novos Rumos para a Economia Fluminense. Oportunidades e Desafios para a Economia do Interior**. E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2008.
- CRUZ, José Luiz Vianna da. *Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970 – 2000)*. In: PESSANHA, Roberto Moraes & SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 77-116.
- DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marco Aurélio. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, v.6, n. 1, julho de 1996.
- PACHECO, Carlos Américo. *Novos Padrões de localização Industrial? Tendências recentes dos Indicadores da Produção e do investimento*. Texto para discussão, n. 633. IPEA, Brasília, março de 1999. Disponível em IPEA.gov.br
- ROSENDO, Roberto; CARVALHO, Ailton Mota de. *Formação econômica do Norte Fluminense*. In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu e. **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC editora, 2004 p. 27-75.
- SABOIA, João. *A Continuidade do Processo de Desconcentração Regional da Indústria Brasileira nos Anos 2000*. No prelo, aceito para publicação na Revista Nova Economia da UFMG – CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2009.
- SILVA NETO, Romeu. *A Avaliação da Qualidade do Emprego Formal na Região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé*. Boletim técnico n. 02. *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, 2001, disponível no site <http://www.cefetcampos.br>. Acessado dia: 03/03/2008
- SILVA NETO, Romeu. *A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2002*. Boletim técnico n. 09. *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, 2003, disponível no site <http://www.cefetcampos.br>. Acessado dia: 03/03/2008
- SILVA NETO, Romeu. *A evolução do emprego formal na Região Norte Fluminense: uma análise do período jan./1997 – dez./2004*. Boletim técnico n. 13. *Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes, 2005, disponível no site <http://www.cefetcampos.br>. Acessado dia: 03/03/2008
- SILVA NETO, Romeu, DIAS, Robson Santos, BARRAL NETO, Jayme Freitas. *Campos dos Goytacazes: novas perspectivas para um tradicional centro interiorano fluminense*. In Fauré, Yves, Hasenclever, Lia & Silva Neto, Romeu (org.). **Novos Rumos para a Economia Fluminense. Oportunidades e Desafios para a Economia do Interior**. E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2008.